



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

MICHEL SATURNINO BARBOZA



**CONFIGURAÇÕES DO TERRITÓRIO DE UMA CIDADE DO “BAIXO
SERTÃO” DE PERNAMBUCO: TERRITORIALIDADES E
TERRITÓRIOS EM PETROLINA**

RECIFE
2009

**CONFIGURAÇÕES DO TERRITÓRIO DE UMA CIDADE DO “BAIXO
SERTÃO” DE PERNAMBUCO: TERRITORIALIDADES E
TERRITÓRIOS EM PETROLINA**

MICHEL SATURNINO BARBOZA

**CONFIGURAÇÕES DO TERRITÓRIO DE UMA CIDADE DO “BAIXO SERTÃO” DE
PERNAMBUCO: TERRITORIALIDADES E TERRITÓRIOS EM PETROLINA**

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Geografia do Centro de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Pernambuco, para
obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientadora:

Profa. Dra. EDVÂNIA TÔRRES AGUIAR GOMES

RECIFE
2009

Barboza, Michel, Saturnino

Configurações do território de uma cidade do “baixo sertão” de Pernambuco: territorialidades e territórios em Petrolina / Michel Saturnino Barboza. – Recife: O Autor, 2009.

127 folhas: il., fig., fotos, tab.,

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia, 2009.

Inclui: bibliografia.

1. Geografia. 2. Territórios. 3. Territorialidade. 4. Espaços Urbanos. 5. Agronegócio. I. Título.

**911
910**

**CDU (2. ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2010/83**

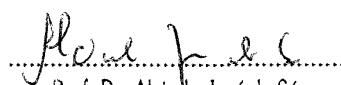
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que **MICHEL SATURNINO BARBOZA**, defendeu a Dissertação de Mestrando intitulada **“CONFIGURAÇÕES DO TERRITÓRIO DE UMA CIDADE DO “BAIXO SERTÃO” DE PERNAMBUCO: TERRITORIALIDADES E TERRITÓRIOS EM PETROLINA”**, em dia 28 de agosto de 2009, tendo obtido **“Aprovação”**, atribuída pela Banca Examinadora, composta pelos seguintes Professores Doutores: Edvânia Tôrres Aguiar Gomes (Orientadora), Ruskin Marinho de Freitas (UFPE) e Vanice Santiago Fragoso Selva (UFPE).

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Ciências Geográficas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

Recife, 28 de agosto de 2009.


Prof. Dr. Alcindo José de Sá
Coordenador do
Programa de Pós-Graduação
em Geografia-UFPE

RCMS

Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciências Geográficas
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Av. Acadêmico Hélio Ramos, S/N – 6 andar
CEP: 50740-520 – Cidade Universitária – Recife/PE
Fone/FAX: (081) 2126-8277
E-Mail: cmgeo@npd.ufpe.br

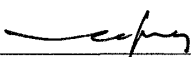
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS –DCG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

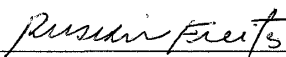
MICHEL SATURNINO BARBOZA

Título: “CONFIGURAÇÕES DO TERRITÓRIO DE UMA CIDADE DO “BAIXO SERTÃO” DE PERNAMBUCO: TERRITORIALIDADES E TERRITÓRIOS EM PETROLINA”

BANCA EXAMINADORA

TITULARES:

Orientador: 
Prof. Dra. Edvânia Tôrres Aguiar Gomes (UFPE)

1º. Examinador: 
Prof. Dr. Ruskin Marinho de Freitas (UFPE)

2º. Examinador: 
Prof. Dra. Vanice Santiago Fragoso Selva (UFPE)

APROVADA em 28 de agosto de 2009

RCMS

*Dedico esses escritos em forma de palavras e as palavras em forma de
carinho.. à vocês
Janaína de Albuquerque Couto (Güjuck), por todos os sentimentos de amor
pretéritos, presentes e futuros;
Mônica da Silva Barbosa, o apoio sempre presente;
Aos meus pais (Pedro, Marlene, Luiza e Nádia), pela vibração das vitórias e
consolos nos percalços;
Profa. Dra. Edvânia Tôrres Aguiar Gomes, pelo saber, zelo e orientação.*

AGRADECIMENTOS

A autoria dessa dissertação oficialmente é individual, no entanto, o esforço individual não se realiza se não tivermos pessoas, instituições, amigos e familiares com que compartilhe e vibre com as respectivas conquistas e/ou passos.

A Deus, por tudo que és!

Sendo assim, inicio os meus agradecimentos aos meus pais Pedro, Marlene, Luiza e Tia Nádia, que um dia compreenderam a importância da educação e não mediram esforços para que hoje pudesse comemorar e partilhar esse trabalho.

Agradeço a mulher que colaborou diretamente com os meus últimos e enormes passos, pois, não sei se as coisas aconteceriam, sem a lucidez, sinceridade e o amor de Janaína Couto, meu obrigado com muito amor.

A Profa. Edvânia Gomes, minha mestre e orientadora, para a Sra. a minha sincera admiração, agradecimentos e carinho, pois o agradecimento de agora, não é apenas por esse trabalho, e sim pelos ensinamentos dos últimos dez anos.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que colaborou financeiramente com o desenvolvimento desse projeto.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE, no qual, trouxe contribuições significativas quanto à ampliação do debate geográfico, segue o agradecimento ao Prof. Dr. Alcindo José de Sá, Prof. Dr. Jan Bitoun, Prof. Dr. Nilson Cortez Crócia de Barros, Prof.Dr. Caio Augusto Amorim Maciel, Prof. Dr. Hernani Loebler Campos e um agradecimento muito especial a Rosa Marques, que sempre com muita gentileza e atenção colaborou em todos os momentos do curso.

A Profa. Dra. Vanice Santiago Fragoso Selva e ao Prof. Dr. Ruskin Marinho de Freitas pela grande contribuição no processo final dessa dissertação e estendo os agradecimentos a esfera pessoal.

Aos docentes que foram muito importantes na minha caminhada acadêmica, os meus agradecimentos ao Prof. Manuel Correia de Andrade (*in memoriam*), Joaquim Xavier Correia de Andrade Neto (*in memoriam*), Profa. Maria do Carmo Sobral, Profa. Thaís Lourdes Correia de Andrade, Profa. Aldemir Dantas Barboza, Profa. Ana Fani Alessandri Carlos, Profa. Adyr Balatrerri Rodrigues, Prof. Eliseu Savério Sposito, Profa. Maria Encarnação Beltrão Sposito, e a Duprat, Jorge Gusmão, Didi e Itamar que sempre contribuíram de forma significativa as demandas da UFPE.

Ao Departamento de Ciências Geográficas da UFPE, que sempre me recebeu muito bem como discente e que repetiu a acolhida maravilhosa como Professor Substituto nesses dois últimos anos, onde vivencie lições únicas sobre a vida, a Geografia, a pesquisa e a docência.

Ao Programa de Educação Tutorial (PET/Geografia) onde pude aprender sobre a universidade, ensino, pesquisa, extensão e o gosto de fazer Geografia.

Agradeço aos amigos do Grupo *Nexus* – Sociedade e Natureza, no qual, pude brindar de muita alegria e companheirismo, eis, Andrezza Monteiro, Alderlan Wellington, Gevson Andrade, Paulo Alves, Paulo Tavares, Pedro Nóbrega, Dirceu Cadena, Ana Verónica e a Profa. Luz Stella Carmona.

Aos amigos Dimas, Emmanuel, Cecília, Milena, Carol Melo, Carolina Florio, Isabelle Augusto (CE) ao grande amigo-irmão Luiz Henrique (Lula) e a todos que fizeram parte de momentos significativos de minha vida como esse agora.

Muito Obrigado!

RESUMO

O município de Petrolina situa-se na Região de Desenvolvimento do Sertão do São Francisco (CONDEP/FIDEM) e apresenta uma população de aproximadamente 276.174 habitantes, segundo as estimativas do IBGE (2008). Esse estudo tem como objetivo analisar as diferentes formas em que os territórios são construídos na cidade de Petrolina. Essa produção territorial ocorre segundo as relações de poder econômico e social, fazendo com o que o espaço urbano se transforme em um espaço estranho a sociedade e conhecido pelas grandes empresas. O trabalho realiza uma leitura crítica de como foi modificado o território municipal a partir da inserção do agronegócio moderno. Esse trabalho se resume em um esforço de categorizar os eventos a partir das lógicas de produção do espaço encontradas nas ações do agronegócio no Vale do São Francisco. Para a realização da pesquisa inicialmente evidenciou-se a localização do trabalho, frente a Geografia Humana, pode-se dizer que se situa na realização de uma interface entre a Geografia Urbana, Política e Agrária. A pesquisa não ficou presa a um único método de análise, porém, buscou-se realizar as análises a partir do método dialético, pois, se justifica pelo conjunto de contradições entre os contrastes evidenciados no Brasil e em Petrolina, na atual conjuntura. Foi realizado uma pesquisa de gabinete, onde se procurou realizar leituras, fichamentos, e acesso a artigos, revistas, periódicos e aos principais bancos de dados, tais como SIDRA, CAGED, IBGE e DataSUS. Foram realizadas visitas periódicas ao município de Petrolina, onde foi possível a realização de observações *in loco* e vivência com os territórios conflituosos em Petrolina. Por fim, buscou-se um tratamento quantitativo e qualitativo das informações capitais para a compreensão desses territórios. De acordo com as concepções de Território, Territorialidade, Poder, e Agentes Sociais, pode-se estabelecer os *nexus* entre a produção do espaço urbano, através de sua infra-estrutura que se amplia na medida em que o espaço petrolinense é difundido pelo agronegócio. Todo um conjunto de mobiliários urbanos, conjuntos residenciais, áreas de expansão urbana, mobilidade demográfica fazem parte do reflexo da produção do território do complexo agroindustrial. As relações campo-cidade se configuram repletas de complementaridades e identificou-se em Petrolina, um conjunto de equipamentos que se instalou para atender as demandas do capital e das contradições. Atualmente, o município de Petrolina se desponta como um dos principais *fronts* agrícolas do Brasil, e os impactos sentidos do espaço intra-urbano são os mais diversos, nas modificações estruturais dos cidadãos. A concentração de culturas para atender o mercado externo constitui um dos problemas da agroindústria exportadora e científica, porém, nota-se o crescimento econômico, porém, aumentam-se os níveis de dependências e de submissão a regras externas. Contudo, a compreensão dos territórios oriundos da atuação do agronegócio sob a cidade, inaugura um momento diferente, porém, cíclico, quando as bases agrícolas se figuram mais significativas do que as urbanas no contexto pós-industrial.

Palavras-chave: Território. Espaço Urbano. Territorialidade. Cidades do Agronegócio.

ABSTRACT

The city of Petrolina is located in Region Development of the Hinterland of San Francisco (CONDEPE / FIDEM) and has a population of approximately 276,174 inhabitants, according to estimates from IBGE (2008). This study analyze the different ways in which the territories are built in the city of Petrolina. This production occurs according to the territorial relations of economic and social power, so what the urban space becomes a space alien to society and known for large companies. The work makes a critical reading of how the municipality was changed from the insertion of modern agribusiness. This work is summarized in an effort to categorize the events from the logics of production of space found in the actions of agribusiness in the San Francisco Valley. To conduct the study initially showed the location of work, compared to Human Geography, we can say it lies in the realization of an interface between the Urban Geography, Politics and agrarian. The survey was not tied to a single method of analysis, however, we attempted to carry out the analysis from the dialectical method, therefore, is justified by the conjunction of the contrasts evident contradictions between Brazil and Petrolina, in the current conjuncture. Was carried out a search of the office, where he attempted to do readings, annotated, and access to articles, journals, periodicals and major databases such as SIDRA, CAGED, IBGE and DataSUS. Periodic visits were made to the city of Petrolina, where it was possible to perform on-site observations and experiences with the conflicting areas in Petrolina. Finally, we sought a quantitative and qualitative processing of information central to understanding these territories. According to the conceptions of the Territory, Territoriality, Power and Social Agents, we can establish the nexus between the production of urban space, through its infrastructure that expands the extent that space of Petrolina is broadcast by agribusiness. A whole range of street furniture, housing, areas of urban expansion, population mobility are part of the reflection of the output of the territory of the agroindustrial complex. The city-country relationships to configure full of complementarities and identified in Petrolina, one set of equipment which was installed to meet the demands of capital and contradictions. Currently, the city of Petrolina is emerging as a major agricultural fronts of Brazil, and impacts the way intra-urban space is the most diverse in structural modifications of the citizens. Concentration of crops to meet the foreign market is one of the problems of scientific and agribusiness exporter, however, there is economic growth, but increases the levels of dependency and submission to external rules. However, the understanding of the territories from the performance of agribusiness in the city, opens a different time, however, cyclical, when the agricultural base to include more significant than cities in the post-industrial.

Keywords: Territory. Urban Space. Territoriality. Cities of Agribusiness.

LISTA DE FIGURAS

01	Mapa de localização de Petrolina e Juazeiro na Região Nordeste	41
02	Perímetro urbano do Município de Petrolina.....	43
03	Localização das Mesorregiões de Pernambuco e vias de acesso.....	44
04	Produto Interno Bruto de Pernambuco (2006).....	57
05	Divisão dos distritos de irrigação em Petrolina.....	73
06	Espaço urbano de Petrolina projetado frente ao território total.....	82
07	Tendências de ocupação no espaço urbano de Petrolina.....	83
08	Produção de Uva (t) 2007.....	91
09	Região de Influência da Cidade do Recife	105

LISTA DE FOTOS

01	Ampliação do espaço urbano e formação de periferias	49
02	Atividades de comércio e serviços em áreas periféricas de Petrolina	50
03	Pequenos produtores agrícolas do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho.	54
04	Central de Abastecimento de Petrolina	55
05	Indústria do setor têxtil presente no Distrito Industrial de Petrolina	59
06	Edificação de condomínios residenciais de luxo e de lojas	66
07	Catedral de Petrolina	68
08	Sistema de bombeamento da água do Rio São Francisco para a irrigação	74
09	Formas espaciais urbanas de Petrolina, a área central com respectiva referência (a catedral)	86
10	Indústria associada ao setor primário de Petrolina (<i>packing house</i>)	89
11	Aeroporto de Petrolina – Senador Nilo Coelho	92
12	Mercado do Produtor em Juazeiro/BA	95

13	Perímetro irrigado do Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho	98
14	Comércio de artigos para o lar usado, típico das “novas” periferias de Petrolina	104

LISTA DE TABELAS

01	Distribuição da População de Petrolina por Região	45
02	Ocupações que mais Admitiram (Jan/2007 a Jun/2009	52
03	Consumidores e Consumo de Energia Elétrica – 2007	56
04	Valor bruto da produção entre os anos de 2002 e 2007	77

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	APORTES TEÓRICOS E CONCEITUAIS DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE PARA O ANTIGO CAMINHO DOS BOIADEIROS E DOS COMERCIANTES	18
1.1	O território, a Territorialidade e o Poder: práticas de reorganização do espaço	19
1.2	Territorialidade e território: bases fundamentais para a compreensão do espaço petrolinense	30
2	A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO A PARTIR DA AGROINDÚSTRIA EM PETROLINA.....	40
2.1	Um espaço no “Baixo Sertão” Pernambucano: caracterização geográfica	41
2.2	Aspectos sócio-econômicos	42
2.3	Uma leitura territorial do município de Petrolina	46
3	OS CENÁRIOS DA PRODUÇÃO EM PETROLINA: SURGIMENTO DE UM PÓLO.....	61
3.1	As significativas transformações dos contextos produtivos de Petrolina	62
3.2	A ocupação de Petrolina a partir de projetos estruturadores	67
3.3	A construção do território com as bases da CODEVASF	72
3.3.1	Projetos de Irrigação	73
3.3.2	Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho	76
3.3.3	Uma compreensão do processo de formação do Território do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho.....	77
4	O TERRITÓRIO USADO: PETROLINA	81
4.1	Considerações Iniciais	82
4.2	A formação territorial urbana e a agroindústria	84
4.3	Revisitando Petrolina e Juazeiro	95
4.4	Caracterização Territorial e os sistemas de objetos	103
4.5	Contextualizando a Relação: Petrolina e Juazeiro	110
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121

INTRODUÇÃO

O conjunto de condições naturais, climáticas e edáficas, com maior ou menor dificuldade de acesso ao mercado, sobretudo externo, e o momento histórico, possibilitaram a formação de vários e diversificados sistemas de exploração da terra no território pernambucano. (Andrade, 1974). Esses conjuntos configuram-se como sistemas, classificados assim, pelo Prof. Manuel Correia de Andrade. Desses sistemas o mais importante em meados da década de 1970, eram os sistemas (arranjos produtivos) vinculados à exportação.

Esses sistemas agrícolas foram temas da proposta do professor no seu livro Geografia de Pernambuco (1974), e uma das classificações foi a do “sistema da agricultura irrigada nas margens do rio São Francisco”. No entanto, esses sistemas já se apresentavam como modernos e com culturas de alto valor comercial.

Uma forma de compreender os territórios a margem do Rio São Francisco no Estado de Pernambuco, se dá a partir das práticas produtivas que se utiliza das águas do rio como fonte de produção da vida. No entanto, uma quantidade significativa dos municípios pernambucanos margeados pelo rio São Francisco estão sob o domínio climático do semi-árido, caracterizando assim, uma distribuição irregular e, ora, escassa no que diz respeito os recursos hídricos pluviométricos importantes para agricultura e subsistência.

Essas bases citadas acima foram construídas ao longo das principais conjunturas estatais, no qual, submeteram projetos de irrigação, em uma lógica de desenvolvimento regional, porém, o que se encontra na atualidade é um desenvolvimento de base econômica capitalista e a presença de problemas sociais de alta gravidade para o bem estar e a saúde do cidadão que habita essas regiões.

Uma das grandes questões da problemática do desenvolvimento na atualidade é a competitividade. As competições estão nas esferas produtivas, porém, e na construção dos territórios do agronegócio constata-se que a disputa se dá também em uma lógica territorial, ou seja, de um espaço apresentar a oferta de inovação e de possibilidades para a reprodução do capital. Uma lógica acerca dessa temática seria como co-existir o pequeno produtor e os empresários sem que não haja, formas precárias de trabalho ou exploração do trabalhador em todas as circunstâncias?

Os argumentos apresentados, mesmo que poucos até o momento, já possibilita uma reflexão sobre a formação dos territórios pautados nas práticas e setores produtivos, bem como nas territorialidades constituídas a partir das redes sociais e culturais.

Algumas décadas atrás existiam teorias econômicas que auxiliavam na condução das economias, era pensadas e formuladas na base do desenvolvimento regional, porém, na atualidade nota-se que o domínio das teorias econômicas devem vir acompanhadas dos domínios das técnicas, de controle da distância, na densidade informacional ou relacional dos territórios, na sua dimensão inter-organizacional, na intencionalidade e nas estratégias que modificam substancialmente os atributos definidores do potencial ou atratividade de uma região ou um território. (Castro, 2000).

No recorte espacial dessa análise, verifica-se que a contradição encaminha de forma significativa os disparates na constituição dos territórios e das territorialidades. Elegeu-se primordialmente essas categorias de análise do espaço geográfico, pois, as mesmas representam de forma clara as diferentes ações de posse, conflito e gestão do espaço.

Para isso, identificam-se os territórios e as territorialidades produzidas social e economicamente, de forma crítica e analítica, para que a compreensão de como se dá a organização e o funcionamento do espaço municipal.

O estudo apresenta como objetivo principal a identificação das bases de relações estabelecidas entre o campo e a cidade a partir do espaço geográfico de Petrolina, identificando os seus conjuntos de sistemas de objetos e de ações, partindo da formação dos territórios, esses, se apresentando o reflexo das relações sociais, políticas e econômicas,

O agronegócio aparece como um moderador da possibilidade de ampliação das estruturas urbanas em Petrolina e de certa forma modifica o espaço, seja, inserindo novos arranjos ou na exclusão dos que ali estavam. Portanto, ao pensar o agronegócio associado às idéias de território e territorialidade, pretende-se formular uma proposta de teorização crítica para com o fenômeno socioeconômico difusor de ciência, tecnologia e capital.

A área estudada se localiza na Mesorregião do São Francisco Pernambucano, na Microrregião¹ de Petrolina, onde os limites municipais são ao Norte com Dormentes, ao Sul, com o Estado da Bahia, ao Leste, com o município pernambucano de Lagoa Grande e ao Oeste, com o Estado da Bahia e o município de Afrânio.

A eleição desse recorte espacial se deu a partir de minha participação em uma Pesquisa intitulada de “Estudo sobre Cidades Médias no Estado de Pernambuco” coordenada pela Profa. Dra. Edvânia Tôrres Aguiar Gomes (UFPE), que se deu a partir do momento que ingressei no Programa Especial de

¹ Segundo ANDRADE (2009), No conjunto de divisões regionais como produto do desenvolvimento do conhecimento geográfico, em 1968 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, realizou uma divisão do território pernambucano em 12 Microrregiões Homogêneas localizadas três na Mata, três no Agreste e seis no Sertão. As Microrregiões no Sertão foram as de Arcoverde, Moxotó, Alto Pajeú, Salgueiro, Aripina e São Francisco.

Treinamento em Geografia (PET/Geografia-UFPE), em janeiro de 2001. Naquele momento, não se estudava apenas um único aspecto ou característica do município e sim, as suas bases, sociais, econômicas, físicas e culturais. Portanto, quando ingresse no Programa de Pós-Graduação em Geografia, dialogando com a Profa.-Orientadora, definiu-se por estudar o município de Petrolina, pois, o referido município vem sendo estudado por um grupo de pesquisadores através de projetos em órgãos de fomento a pesquisa e ao mesmo tempo foi de interesse mútuo a temática definida para ser trabalhada.

O recorte temporal sugerido para o trabalho remonta aos meados do Século XX e tem uma discussão mais aprofundada a partir do final da década de 1960, pois, nesse momento as bases agrícolas brasileiras vivem um momento diferenciado com a modernização da agricultura e da inserção de infraestrutura para atender a recente lógica produtiva.

As formas de uso e ocupação do solo visível em Petrolina refletem as principais características do contexto atual, ou seja, a cidade do agronegócio, com bases nas atividades terciárias nos espaços urbanos e de práticas do setor primário com alta tecnologia e próxima aos eventos do espaço intra-urbano. Sendo assim, a identificação de territórios e territorialidades nesses espaços contribui para a compreensão de um conjunto de produtos, resultantes da formação econômica e social desses municípios, a exemplo de Petrolina.

Dessa forma, esse trabalho visa analisar, teórica e criticamente, a formação dos territórios e das territorialidades resultantes das propostas agroindústria e das metamorfoses no que concerne a paisagem e a reestruturação urbana de Petrolina para que estudantes e gestores possam ter mais um documento, que colabore para a leitura atual de uma série de dinâmicas recentes na produção do espaço.

O capítulo inicial compreende uma reflexão teórica acerca dos principais fontes bibliográficas investigadas acerca dos conceitos de território, territorialidade, poder, agentes sociais e reorganização espacial.

O segundo capítulo o debate é iniciado com a relação da produção do território a partir da presença do agronegócio, modificando e criando possibilidades de avanços e retrocessos, na lógica da vida urbana. Para isso, identificam-se os principais dados quantitativos e qualitativos da lógica socioeconômica, podendo então realizar uma leitura dos territórios construídos.

O terceiro capítulo apresenta os cenários produtivos em Petrolina e as principais mudanças desse contexto frente às políticas regionais, nacionais e os reflexos diretos e indiretos da globalização. Nesse momento, realiza-se uma discussão crítica dos moldes em que se concretizaram a modernização da agricultura científica e tecnológica e também as perspectivas sociais da colonização dos distritos de irrigação.

E por fim, a análise do território usado, levando-se em consideração as práticas e contextos entre os municípios do Vale do São Francisco, com destaque para o Pólo Petrolina/Juazeiro. Nesse último capítulo, verifica-se o estágio atual dos territórios formados a partir da ampliação da infraestrutura urbana e rural.

***CAPÍTULO 01 – APORTES TEÓRICOS E CONCEITUAIS DE TERRITÓRIO E
TERRITORIALIDADE PARA O ANTIGO CAMINHO DOS BOIADEIROS E DOS
COMERCIANTES***

CAPÍTULO 01 – APORTES TEÓRICOS E CONCEITUAIS DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE PARA O ANTIGO CAMINHO DOS BOIADEIROS E DOS COMERCIANTES

1.1. O TERRITÓRIO, A TERRITORIALIDADE E O PODER: PRÁTICAS DE REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.

A interpretação do município de Petrolina como um espaço de transformações da vida econômica e social no Estado de Pernambuco², pode ser analisada em diferentes categorias clássicas da Geografia. No entanto é *mister* a justificativa de que a categoria território e suas variantes, tais como territorialidade e poder, por exemplo, figuram como categoria elucidativa no atual contexto produtivo que permeia o espaço petrolinense.

A História geográfica do espaço possibilita a construção da categoria território sendo um conceito-categoria significativo no universo científico perpassando pelas ciências biológicas, ciências da natureza e central nas ciências humanas. Conforme se utiliza a categoria território nas análises onde se constrói a possibilidade de compreender as diversas ações do homem através das instituições e da sociedade. Dessa forma, metodologicamente podem-se considerar os processos da sociedade que se passam num dado território conectado a outros processos ligados que se verificam noutras dimensões espaciais, onde se vislumbra a situação do agronegócio de Petrolina.

A Região do Sertão do São Francisco que fora denominado por “Baixo Sertão”, segundo Andrade & Sette (1955) caracterizava-se como sendo o espaço

² “De configuração longitudinal, estreito no sentido norte/sul e, alongado na direção leste/oeste, encontra-se Pernambuco inteiramente situado dentro dos limites da zona Tropical, visto que seus pontos extremos Norte e Sul se encontram, respectivamente, entre os paralelos 7° e 15’ e 9° e 27’ de latitude Sul. Na direção leste/oeste seus pontos se localizam entre os meridianos de 34° e 48’ e 41° e 19’ de longitude Oeste de Greenwich”. (ANDRADE, 2003. p. 09)

pernambucano sob os domínios territoriais dos municípios de Petrolina, Caripós, Parnamirim, Cabrotó, Jatinã, Floresta e Petrolândia. É o chamado Sertão do São Francisco, muito próximo do grande rio, embora clima mais seco e solo mais rochoso. Na época das enchentes, porém, as águas são franciscanas transbordam sobre as terras marginais e penetram longe pelas embocaduras dos afluentes, proporcionando, como o velho Nilo, solos molhados e férteis para atividades agrícolas. Dessa forma, ao longo das últimas décadas o “Baixo Sertão” sofreu diferentes processos de fragmentação dos municípios e de um conjunto de transformações nos sistemas técnicos³ da produção agroindustrial e terciária.

Uma análise das reflexões já realizadas e das diferentes concepções que o termo território pode ser categorizado através da argumentação inicial como termo que determina uma extensão da superfície terrestre, na qual os diversos grupos sejam em suas diversas escalas, sociais, instituições e políticas disputam os seus interesses, muito próximo ao que se observa entre os animais de uma ou de diferentes espécies. Embora, a dificuldade de se analisar sob essa óptica apresente lacunas quanto a sua amplitude, nota-se que é a que prevalece. Entende-se que essa diversidade de significados conduz a simplificações sobre o real significado da noção de espaço-território, conduzindo alguns pensadores a compreenderem que uma parcela da superfície terrestre é o próprio território; outros acreditam que a presença do território é confirmada com a presença do Estado-Nação; outros postulam que território apresenta o mesmo significado e se confunde com o que se denomina espaço geográfico; e outros grupos, ainda, os relacionam a uma possível dimensão espacial e durabilidade temporal. De certo, nas diferentes fontes, a idéia

³ Para uma melhor compreensão utilize-se a noção de Sistemas Técnicos, como envolventes forma de produção de energia, serviços, bens, formas de relações internas da sociedade entre as pessoas, formas de informação, formas de interlocução e discurso. (Santos, 2008).

de relações de poder entre os diferentes agentes⁴, que se crer ser o fundamento primordial ao referido conceito.

Diversas análises realizadas a partir da década de 1980, entre os estudiosos das ciências humanas, entre esse grupo, os da geografia, procuram ir além da vinculação biológica que cerca a compreensão sobre o território, com o destaque das ações dos agentes sociais. Contudo, o entendimento desse conceito-categoria ainda não deixa claros os princípios que, obrigatoriamente, nos conduz à territorialidade, sendo as ações entre os agentes produtores da sociedade.

Os territórios se configuram como expressão das materialidades das sociedades frente às ações mundiais capitalistas, isso explica o que o Prof. Milton Santos (1994) denomina de uma “forma impura”. Nesse raciocínio, a territorialidade das pessoas surge como o conjunto das relações mediadas pelo poder entre os diferentes agentes sociais (empresas, Estados, instituições, pessoas.), que buscam por algo comum em um determinado ponto do espaço. A capacidade dos agentes sociais produzirem/reproduzirem sistematicamente os territórios, de acordo com as diretrizes de um agente hegemônico, consiste a territorialidade.

As estratégias criadas para a busca de interesses dos agentes sociais constituem a noção de territorialidade. Dessa forma, a expressão território se opõe a significação de ser posse dos agentes, porque expressam unicamente um conjunto

⁴ Pode-se ilustrar essa discussão com a importância do território petrolinense frente ao Estado de Pernambuco onde na década de 1970, esse território se consolidava como espaço produtivo da agroindústria e das atividades comerciais e de prestação de serviços. Em meados da referida década verifica-se que o território de Petrolina se destacava pela produção industrial de beneficiamento de produtos agrícolas, principalmente oleaginosos tais como o caroço de algodão, a mamona, o gergelim, o girassol, etc., de certo, comerciais, através da movimentação portuária no rio São Francisco, somados aos serviços, sobretudo aqueles associados à saúde e à educação. (ANDRADE, 1974). Os mais diversos territórios produtivos na atualidade apresentam-se bastante solidificados e se articula através da relação entre Empresas-Sociedade-Estado.

de relações políticas e não patrimonial, mesmo, etimologicamente, o termo derivar do latim *territorium* que significa terra pertencente a alguém.

Os territórios são construídos e podem ser descaracterizados sem que seja feita sua ligação com o Estado. Perlongher (1987), Godoi (1998) e Silva; Silva (2003) exemplifica sobre os territórios que se organizaram sem a presença do Estado. O primeiro autor analisou a prostituição masculina na região central da cidade de São Paulo; a segunda autora estudou as relações sociais entre pessoas de um mesmo tronco familiar em torno da propriedade, uso e ocupação de uma respectiva área rural no sertão piauiense e os dois últimos autores analisaram a ação de uma associação de pequenos produtores rurais na região sisaleira da Bahia.

Para CORRÊA (1998, p.251) o “território não é sinônimo de espaço, ainda que para alguns ambas as palavras apresentem o mesmo significado. Do mesmo modo territorialidade e espacialidade não devem ser empregadas de modo indiferenciado”. Pode-se observar que a advertência do eminente geógrafo colabora para que se diferencie os fenômenos do espaço petrolinense.

A territorialidade⁵ na sua essência material e se utilizando das características físicas e sociais são termos que finalizam uma única afirmação e culminam de relações sociais, construídas pelos diferentes agentes moderadores pelo poder e projetadas em um espaço, que se transforma em território. Portanto, se de um lado o agente hegemônico que se instala numa dada porção do espaço geográfico e entra em relações com os demais agentes não existir uma intenção de reproduzir o

⁵ Segundo CORRÊA (1998) a territorialidade indica uma associação de práticas e suas expressões materiais e simbólicas que podem assegurar a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, sendo esse o Estado, os diversos grupos sociais e as empresas. Essas formulação conceitual de CORRÊA (1998) tem como base as idéias de Robert Sack, em *Human Territoriality – Its Theory and History*. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

território durante um determinado tempo relativamente duradouro, o mesmo apenas durará o tempo de terminar a energia que o fez surgir.

Somente conceituar que o território é produto de relações de poder entre os produtores do território não corresponde em sua totalidade os anseios de avançar com o significado do conceito, pois, seja pelas primeiras maneiras de compreendê-lo, a partir da concepção da geopolítica ratzeliana, seja por meio de sua crítica, com as contribuições elaboradas por Raffestin (1993), Sack (1986) e Souza (2007), a relação de poder é fundamental para o conceito de território. Para esses autores a concepção de poder é central, norteia a obra de Ratzel (MENDOZA, 1982, p. 193-203; MORAES, 1990). Em Claude Raffestin (1993, p. 58), é nítida a combinação entre território e poder no momento que o autor afirma que: "o território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações [...]." Nessa linha de raciocínio, Sack (1986, p. 26) apresenta a indissociabilidade entre território e poder ao dizer: "As relações humanas no espaço são o resultado da influência e do poder. A territorialidade é primeiramente forma espacial⁶.

Enfim, Souza (1995, p. 78, grifos do autor) afirma, "o território, objeto deste ensaio é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder." Dessa forma, a possibilidade de construir uma leitura sobre os conceitos de território associado ao poder é indispensável para uma ampla discussão e acréscimo aos estudos da proposta dessa dissertação.

Essencialmente em uma relação de poder entre os diversos agentes em uma referida relação social é a possibilidade do consenso e não a submissão (ARENDT, 1994), mesmo sendo um conjunto de ações que possibilita assimetrias que se

⁶ "Human spatial relations are the results of influence and power. Territoriality is the primary spatial form takes." (SACK, 1986, p. 26)

expressam por meio de conflitos de interesses e não de igualdades, dão título a existência de um ator hegemônico que assume a função de comando.

Afirma-se como função de mando de qualquer tipo de ação desenvolvida por um determinado atuante social legitimamente capaz de assumir tal posição, disso retirando-se qualquer referência a um até de relação vertical, de comando/obediência⁷.

Entende-se que os territórios são construídos a partir de um conjunto de processos de cooperação. A cooperação, para Marx (2008, p. 378, livro 1, v.I) é "a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes mas conexos.

Das ações de domínio de um ator hegemônico num dado território tem como produto, o conteúdo que atribui identidade aos territórios, que cria o reflexo mais intenso das materializações dos intuitos dos atores hegemônicos que coordenam o consenso construído em torno de um cronograma de objetivos, moderados pelas perspectivas desses atores. Dessa forma, cada um dos atores envolvidos exerce respectivamente seus direitos e anseia suas ambições, do contrário não há consenso, mas sim uma coação, dominação, controle ou termos relacionados que, no final, significa o apagamento da autonomia dos demais agentes envolvidos na relação social.

O momento atual tem sido caracterizado por ações elaboradas pelos movimentos sociais organizados que exigem das autoridades governamentais

⁷ O conceito de legitimidade baseia-se em Faria (1978, p. 12-13). o autor assinala que, - A legitimidade é fundamentalmente avaliativa, requerendo o concurso da opinião pública, que no espaço da palavra e da ação, julga dos títulos em nome dos quais o poder é exercido."

constituídas uma maior participação e autonomia no contexto político, desde a escala⁸ local a global.

Nessa arena, os agentes têm apresentado seus processos segundo ações cada vez mais despojadas de relações de obediência e comando. Isso se deve, parcialmente, a ascensão do regime de governo democrático em diferentes locais do mundo, e a um constante e progressivo aumento da permissividade e conquista da participação dos movimentos sociais organizados em decisões que afetam a ordem social, econômica, política e ecológica em muitos países. Portanto, se verifica no contexto mais recente uma tendência generalizada que um único ator não se coloca na frente dos demais sozinho, ao menos abertamente, o que é comum em regimes de exceção de extrema direita ou de esquerda.

Afirmando isso, pode-se verificar que se a própria realidade empírica da sociedade em que se produz a vida tem apresentado rejeição ao conjunto de relações com base em mando/obediência, por que então, na análise científica das relações de poder entre os diferentes atores, ainda se age na busca desse tipo de interpretação, não considerando os reais significados que se ocultam em uma relação de dominação, de controle ou de mando/obediência como adverte Machado (1995):

Precisamente nas organizações sócio-econômico-espaciais e que aparece também a conotação negativa, essencialmente política, do ato de controlar, na medida em que é identificado como ato de evitar transformações que ameacem a estrutura vigente de poder, ela mesma tomado como algo socialmente negativo (MACHADO, 1995, p. 22, grifos da autora).

⁸ Sposito (2008) nos empresta a noção de escala em duas concepções. A primeira refere-se a idéia de escala cartográfica, que representa a relação numérica entre as dimensões da realidade e suas representações nos mapas. A segunda noção de escala, a geográfica, resulta da apreensão da realidade, no nível do pensamento, por meio da abstração dos seus diferentes componentes e das relações que há entre eles, dos indivíduos à totalidade das pessoas e das coisas, do local ao global.

Alguns fatos da história social contemporânea são suficientes e preenchem, quando evidenciam que milhões de indivíduos, em diferentes *rincóns* do mundo, viveram e em alguns casos vivem ainda sob o domínio ou controle de outras, pode-se exemplificar: os povos indiano, chinês, escocês e sul-africano sob o controle inglês; depois os chineses sob a Revolução Comunista; o povo chileno sob o controle da ditadura do general Pinochet; a dominação da ditadura militar (1964-1985) no Brasil; e, por fim a invasão do Iraque, em 2002, pelos militares norte-americanas e seus aliados, cegando-se para os acordos mundiais. Esses exemplos não se caracterizam por relações de poder, e sim de dominação.

O agronegócio que interagem com as economias locais do semi-árido nordestino do Brasil, em especial, ao sub-médio da Bacia do Rio São Francisco, que articula-se através da concentração fundiária e tecnológica, pautados, de certa forma, na interação com o Global, expressam relações de poder e dominação segundo as bases tecnológicas em uma região de grandes disparates sociais e econômicos.

Tomando a idéia de Hanna Arendt, onde a reprodução na maneira de entender o poder como relação vertical surge da condição histórica de o homem desejar sempre dominar o próprio homem, e a complexidade embutida no termo poder colabora para a atenção a alguns objetivos conjunturais essencialmente dos governos e dos agentes que possuem os meios e as condições de realizar com que os demais agentes atendam seus interesses, seja por meio da persuasão, ou da Nação. Nessa perspectiva destaca Arendt:

Se a essência do poder e a efetividade do comando, então não há maior poder do que aquele emergente do cano de uma arma, e seria difícil dizer "em que medida a ordem dada por um policial é diferente daquela dada por um pistoleiro" (ARENDT, 1994, p. 32, aspas da autora).

E continua Arendt:

Por detrás da aparente confusão subjaz a firme convicção a luz da qual todas as distinções seriam, no melhor dos casos, de pouca importância: a convicção de que o tema político mais crucial e, e sempre foi a questão sobre "quem domina quem". Poder, vigor, força autoridade e violência seriam simples palavras para indicar os meios em função dos quais o homem domina o homem; são tomados por sinônimos porque tem a mesma função (ARENDT, 1994, p. 36, aspas da autora).

A abordagem sobre o conceito de poder baseia-se nas idéias organizadas por Weber que é apenas um dos direcionamentos teóricos possíveis e representava certo momento da História, com todas as demandas oriundas das dinâmicas de uma nova ordem política, social e econômica mundial emergente, unida ao expansionismo de diversos Estados da Europa mais fortes, e internamente a luta política entre as classes sociais para assumir e/ou manter a posição de mando, e tudo isso precisava ser legitimado também cientificamente.

Portanto, no recorte estudado as decisões políticas foram fundamentais para o desenvolvimento empresarial e em determinados momentos, em menor dimensão, social. Pode-se ampliar para essa questão a atuação das elites políticas, a exemplo da Família Coelho, que durante muitos anos se alternaram na gestão municipal de Petrolina.

De acordo com Weber (1991, p. 33), "o Poder significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade." Dessa forma, o poder pode ser propriedade de uma pessoa ou agente que se disponibiliza dos meios e das condições necessárias para impor aos demais grupos e organizações que participam de uma relação social, sua vontade, seus anseios e paixões; no limite, pelo caráter funcional dessa definição, o exercício do poder, nessas bases, pode-se tornar, em certas condições, um claro convite a variadas formas de coação, e podendo ainda

alimentar as organizações de dominação e de controle social e político, como se verifica na história recente do município estudado.

Destarte o poder é entendido como uma relação unidimensional, apesar da larga defesa que se faz dessa via de se compreender e exercitar o poder, mas que nos dias de hoje parece anacrônico, tendo em vista a recusa mais veemente da sociedade a tirania. E de se observar que Weber não defendia a tirania, mas sua formulação se baseava na realidade de uma época em que o exercício da dominação, da violência legitimada estava sob o monopólio dos Estados-Nações.

De acordo com Poulantzas (1986) o poder somente existe na luta de classes e pertence à classe que assume a posição dominante, em virtude de certa unicidade de interesses de classe envolvida numa estrutura. Para o autor o poder representa "a capacidade de uma classe social de realizar os seus interesses objetivos específicos" (Poulantzas, 1986, p. 100).

Nessa análise de Poulantzas verifica-se a obrigação de ampliar o significado do conceito de poder, pois, o mesmo aplica uma redução a luta de classes e a invocar uma unicidade de interesses de classe com um grau muito elevado de complexidade para se construir uma análise, devido as constantes disputas de posições e conflitos entre os diversos grupos das distintas classes sociais.

Foucault (1999) apresenta um esforço no debate do conceito de poder a partir da idéia de como ele é exercido e em quais condições. O referido pensador elabora uma crítica com as concepções doutrinárias e marxistas que se cruzam no economicismo, servindo essencialmente para favorecer as relações de (re)produção e a dominação de classe, Michel Foucault afirma que:

o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força (FOUCAULT, 1999, p. 175).

A concepção nova apresentada por Foucault consiste em considerar o poder como não sendo parte de domínio de nenhum sujeito ou agente, ele existe e é exercido (cumprido). Enfim, o autor defronta as relações de poder entre os agentes de maneira absoluta e em sentido disciplinar.

Contra-pondo-se a toda e qualquer possibilidade de tutela e/ou pensamento da ação e do discurso, ou seja, da vida pública que é própria da sociedade humana, Arendt (1994) entende que o poder emerge da relação de consenso entre os agentes sociais, e por isso, a violência é descartada. A autora adverte que não existe poder puro e nem violência. A violência poderá até ser utilizada em alguma medida, mas apenas de forma instrumental e, além disso, a violência jamais pode ser entendida como pressuposto do poder.

Para a autora,

o poder corresponde a habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. o poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que alguém está "no poder", na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome (ARENDT, Id., p. 36, grifos da autora).

Essa afirmativa indica que o poder não é hierárquico e nem que um agente tenha mais poder que outro; indica que o poder é tanto mais intenso quanta maior for o número dos agentes que emprestam seus nomes a favor de uma dada ação do grupo com o qual se relacionam. Para Arendt, o poder existe e é oportuno das relações sociais, não precisando, portanto, de defesa; o que precisa de justificação para seu uso é a violência. Essa proposta de poder defendida por Arendt implica que o mesmo é garantido pela legitimidade das ações dos agentes, autorizadas em nome do consenso.

A construção do raciocínio elaborada por Arendt demonstra uma criação intelectual à frente das demais, levando em consideração questões da atualidade, que produz reações a possível inclinação de negação da polissemia da biografia pública social.

1.2. TERRITORIALIDADE E TERRITÓRIO: BASES FUNDAMENTAIS PARA A COMPREENSÃO DO ESPAÇO PETROLINENSE.

Durante o século XVIII, alguns filósofos modernos sugeriram a emergência e aplicação do termo território, sem apresentar definições. Montesquieu (1773), em 1748, tratou do território de maneira direta, no capítulo XXII do seu livro "*O Espírito das Leis*". Para ele, o território surge como uma parte do espaço ocupado e usado por uma dada formação econômico-social. Com a compreensão semelhante a Montesquieu sobre o território, Voltaire (1778), no mesmo período, ao tratar da guerra, apresenta a noção de território como sendo a terra de domínio de um príncipe. Em 1857/8, Marx (1984) anuncia o conceito de território em seus escritos sobre as Formações econômicas pré-capitalistas. De acordo com Marx (1984, p. 87), a noção de território estaria dada em sua declaração, "o que faz com que uma região da terra seja um território de caça e o fato das tribos caçarem nela; [...]."

Pode-se verificar que Marx direciona a forma que a condição de suporte da vida material de um grupo social que se apropria e usa uma parte do espaço geográfico, em um período historicamente datado. Karl Marx⁹ não se apresenta preocupado em compreender o território em si, mas sim as formações econômico-

⁹ As formulações teóricas de Karl Marx são fundamentais para o processo de compreensão do agronegócio e de dinâmicas no espaço petrolinense. A questão de Classe, bem como as bases de entendimento do concentração de capital e fundiária denotam a necessidade de se ir além de Marx. No entanto, se formula um conjunto de proposições de bases em suas teorias para se compreender melhor a relação entre o capital globalizado, atuante nas formas de vida agrícolas, remodelando o estilo e as dinâmicas camponesas.

sociais pré-capitalistas, que forneceria elementos de análise para seu maior trabalho - O Capital.

As formulações de Marx aproximam-se do caso de Petrolina quando se verifica que o território pode-se apresentar com certa rigidez ou mobilidade, isso vai de acordo com o uso que os grupos sociais fazem dele, o que é determinado pela forma de organização social, política e econômica dos desses grupos sociais.

O conceito de território emergiu da condição de noção a partir da sistematização dos trabalhos de Friedrich Ratzel (MORAES, 1990), no final do século XIX, e vinculado a idéia de Estado-Nação que através da presença dos meios de sua expansão e defesa, segundo seu poder. Dessa forma, o território torna-se um meio pelo qual o Estado-Nação se fortalece¹⁰, retirando dele as condições para programar a vida econômica e cultural, como potência ameaçadora, por meio de relações sociais e econômicas de poder.

O referido autor apresenta e define uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano (MORAES, 1990 p. 23). Na concepção de Ratzel, o que fica claro é a idéia de conquista, domínio e por fim de propriedade de uma porção do espaço, que se desenvolve ao nível das relações entre os seres do mundo natural. Esse pensamento decorre do fato de que, em seu tempo, o autor estava profundamente influenciado pelas idéias darwinistas e pelo processo expansionista e belicista do Estado germânico depois de sua unificação.

Gottmann (1973) discorre a cerca do significado do termo território. O autor baseia sua análise no processo de desenvolvimento histórico, político e cultural da sociedade humana, relacionando os eventos da formação dos territórios com a

¹⁰ O exemplo do sub-médio do Rio São Francisco com a irrigação e a agricultura de alta densidade tecnológica demonstra o fortalecimento do Estado Brasileiro a partir de políticas agrícolas de exportação, inserindo produtos na sua pauta de comércio exterior e colaborando para os superávits da Balança Comercial.

satisfação das necessidades de segurança, soberania nacional e prosperidade econômica, política, social e cultural dos povos.

Diferentemente a Ratzel, porém preso a idéia primordial da existência do Estado-Nação como condição para o surgimento dos territórios, Gottmann concebe o território como sendo o substrato onde o Estado-Nação exerce sua soberania. Dessa maneira, o território surge unido com a soberania nacional. Porém, o território não é um conceito absoluto e nem abstrato, ele finaliza um conteúdo essencialmente relacional, mistura a noção de ocupação e uso de uma dada porção do espaço, que pode ser identificada implicitamente na definição proposta por ele.

O pensador Claude Raffestin (1993, p. 144) elabora uma reflexão sobre o território, entendendo-o como "[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder". Para ele, "A territorialidade aparece então, como constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade." (RAFFESTIN, 1993, p. 161). O autor é enfático ao referir-se a territorialidade explicando que ela não deve ser vista como uma simples ligação com o espaço; o autor demonstra que "a territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas" (Raffestin, 1993, p. 161).

Analisando teoricamente a territorialidade e o território Claude Raffestin procurou ressaltar a natureza do poder que é multifacetado, mas estava sucumbido ideologicamente e condicionado a uma concepção unidimensional, ao alcance exclusivamente do Estado-Nação.

Para a compreensão dos territórios de oportunidades, a abordagem de Raffestin desenvolve os conceitos de territorialidade e do território, esses por sua vez, expressos nas relações plurais dos diferentes contextos produtivos. Mesmo não

apresentando a distinção de poder e dominação, porém, o mesmo utiliza-se das formulações de Foucault, escrevendo assim: "o poder visa o controle e a dominação sobre as homens e sobre as coisas." (RAFFESTIN, 1993 p. 58). Está claro que o autor descuida-se no uso do conceito de poder. Inicialmente, ele se propõe a utilizar a proposta de poder desenvolvida por Foucault, porém, é na idéia de poder de Weber que ele se utiliza nas suas formulações.

Para Claude Raffestin, poder, controle e dominação são termos equivalentes, o que implica necessariamente uma relação definida por ações de mandar e do fazer. Esse tipo de relação retira a autonomia dos agentes envolvidos nela, menos o que domina, a agente sintagmático ou outro adjetivo atribuível aqueles que comandam. Isso é patente em suas afirmações:

As "imagens" territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega a estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que "produzem" o território. (RAFFESTIN, 1993, p. 152, aspas do autor)

Decerto, Raffestin movimenta o centro da dominação do Estado para outros agentes particulares, seja uma pessoa ou uma organização, enquanto "atores sintagmáticos", ou seja, aqueles que determinam a que podem ou não fazer as agentes subordinados.

Posteriormente, o autor reduz a territorialidade a fenômenos relacionados exclusivamente a órbita econômica - produção, circulação, troca e consumo de bens e serviços - quando, na verdade abundam exemplos de territorialidades ligados a gênero, etnia, idade e outras.

Entretanto, são essas as limitações da formulação de Raffestin que tornam mais difíceis a compreensão do conceito de território, produto de uma compreensão

ora confusa do conceito de poder e de uma embaçada na afirmação da geografia como a disciplina que monopoliza o tema.

Os estudos de Sack, publicado em 1986, contribuíram com diversos avanços sobre o conceito de territorialidade e seu substrato material - o território - num plano já desvinculado das amarras do Estado-Nação, proposto por Raffestin.

Sack (1986, p. 19) define a territorialidade como a "(...) tentativa por um indivíduo ou um grupo para afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica."

Primeiramente, fortalece a diferença entre a territorialidade das sociedade e a territorialidade dos animais. Segundo, os territórios não possuem uma dimensão rígida, mudam de tamanho e podendo ser móveis. Por último, como os territórios são porções do espaço organizado em torno da liderança de um agente hegemônico, vários territórios podem ser estruturados concomitantemente pelo mesmo agente.

A última característica levantada pelo autor é uma das mais significativas, pois permite à abordagem metodológica do território dinamizado a partir das redes, pela possibilidade de um mesmo agente indicar suas ações em diversos territórios quase simultaneamente. Essa abordagem é capital para a análise dos fenômenos sócio-territoriais por meio das redes geográficas.

Essas reflexões se apresentam como facilitadoras à compreensão do conceito de territorialidade e de território, pois sepultam de uma vez por todas a idéia de que o território e a territorialidade são determinados exclusivamente pela presença do Estado-Nação.

Da mesma maneira que existem territórios independentemente das ações dos Estados-Nação, também se formam os territórios representados pelo exercício da

soberania dos Estados-Nação, cuja relação de poder com a sociedade se exprime no ambiente político do Congresso Nacional dos respectivos países. Sendo assim, as áreas de jurisdição dos Governos em suas diferentes escalas de atuação e das autarquias federais, estaduais e municipais que atuam nas diferentes localidades dos países para a promoção do progresso social e econômico em regiões economicamente deprimidas são também territórios.

Dois exemplos de territorialidade dos Estados-Nação podem ser destacados: a Tennessee Valley Authority (TVA), nos Estados Unidos da América do Norte, e no caso brasileiro, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), e outros órgãos governamentais que atuam em todo o Brasil e em várias partes do mundo. É importante destacar que em nenhum desses três exemplos o Estado se utilizou de mecanismos de coação na inter-relação com os demais agentes envolvidos, ao contrário as mediações políticas é que foram privilegiadas.

A proposta teórico-metodológica de Sack é fundamental para as análises de atuação dos agentes produtores de territorialidade no espaço de Petrolina. No entanto, na mesma linha de Claude Raffestin o referido intelectual associa as relações de dominação com o mesmo significado do poder, como está descrito em sua definição e nos argumentos que aparecem em sua obra, "quem controla quem e para que propósitos?" (SACK, 1986, p. 27; 52; 53).

O Prof. Roberto Lobato Corrêa (1996) discorre sobre uma análise acerca da territorialidade de empresa de cigarros no Brasil. Ele constrói um contexto teórico na tentativa de diferenciar território de espaço e faz uso constantemente da noção de desterritorialidade e territorialidade, dentre outros, associados ao conceito de território. A territorialidade é, então, elucidada como sendo o fruto de ações materiais

e imateriais atentadas pelos agentes com vistas permissivas a conquista de um dado território e sua posterior continuação no mesmo; a desterritorialidade é para um dado agente a perda do território, mas que poderá ser retomado no futuro. Para o Prof. Lobato, ao se apropriar de um território, o agente não está tornando-se proprietário do mesmo, mas tão-somente buscando prover as necessidades de sua reprodução enquanto agente social.

A análise é significativa porque exemplifica o processo de territorialização de uma empresa, como um estudo de caso. No entanto, Corrêa também faz uso do termo controle, pois seu entendimento sobre o conceito de territorialidade e de território é influenciado por Sack, como afirmado pelo próprio autor.

Para que a possibilidade de minimizar um conjunto de dúvidas sobre o conceito de território, Souza (2007) retoma o debate sobre esse conceito em um trabalho recente. O mérito da obra está na retomada da discussão sobre o conceito de território, o conceito de poder com as contribuições teóricas de Arendt, e, por outro lado, tentar sistematizar alguns exemplos de territorialidades associadas a antropologia e a sociologia.

Como os autores anteriores, Souza se esforça para esclarecer o que é o território ao assinalar que "territórios, que são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos [...]" (SOUZA, 2007, p. 87). O autor afirma que os territórios existem e que não há nenhuma lei que determine que eles sejam uns justapostos aos outros. Ao contrário, dependendo dos tipos de territorialidades, vários territórios podem, inclusive, superpor-se sem nenhuma ordem prévia e, tampouco, nenhum deles tem obrigação de fazer coincidir o tamanho de sua área com outro qualquer que esteja sobreposto ou anteposto, além

da possibilidade de serem moveis, como já havia destacado Sack e, antes dele, Marx.

Analizou-se que Raffestin e Sack apresentam uma ligeira complicação no entendimento do conceito de território ao se prenderem a idéia de controle/dominação como equivalentes ao poder, Souza também assume o mesmo direcionamento, pois não consegue diferenciar uma relação social de poder de uma relação de dominação. Isso, em função do fato de o autor se preocupar em tentar encontrar o agente que exerce a função de dominação no território, tal como ele mesmo explicita,

o território, objeto deste ensaio, é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou manter, como exemplificam as palavras de Sun Tzu a propósito da conformação do terreno, mas o verdadeiro Leitmotiv é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? (SOUZA, 2007, p. 79, grifos do autor).

Do apresentado até aqui, evidencia-se que o autor nutriu sua idéia sobre o poder no pensamento de Weber, o qual é um caminho possível para interpretar a realidade social. No entanto, o que pesa é a opção oposta à idéia de poder defendida por Arendt, por ela ter afirmado que,

a conceituação acima resumida e, como se vera mais adiante na seção 2, de um interesse especial para o presente artigo, por ampliar a idéia de poder e simultaneamente libertá-la da confusão com a violência e da restrição a dominação, permitindo assim conjugar as idéias de poder - e, por extensão, território - e autonomia (SOUZA, 2007, p. 80, grifos do autor).

Para Arendt, poder e violência, dominação, controle ou comando são conceitos inconciliáveis, pois, enquanto o primeiro favorece a pluralidade e a vida ativa pública, os outros reprimem. Assim, estranho parece o posicionamento de Souza como exemplo de território, nas materializações da territorialidade do narcotráfico nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, que é o espaço da tirania e da violência perpetrados pelos diferentes grupos de criminosos, onde indivíduos de bem são viagiados pelos “olheiros” dos traficantes, são humilhados e silenciados, ou seja, não há espaço para a ação e para os diálogos autônomos, conforme defende Arendt, em a Condição Humana. O Marcelo Lopes de Souza ampliou os horizontes em relação à compreensão sobre o conceito de território, porém, construiu uma fonte de dúvidas substancial.

Na ordem cronológica, uma das ultimas contribuições sobre o conceito de território foi apresentada por Santos; Silveira (2001, p. 19) como sendo "uma extensão apropriada e usada". Essa definição é válida no sentido de relativizar o fenômeno em uma dada proporção do espaço que se torna território, enquanto referencia de uso por dados agentes, a melhor categoria de análise do espaço petrolinense até o momento.

A proposta apresentada por Santos; Silveira, pela abordagem do assunto, não contempla relações de poder, o que a aproxima mais do conceito de espaço. Os autores antecipam que para eles o território é sinônimo de espaço, porém é nesse ponto que reside a ambigüidade do conceito.

Após a análise das contribuições levantadas sobre o conceito de território, cabe, por fim, explicitar o que se entende por território e, portanto, a definição que doravante será seguida neste estudo.

Pode-se concluir que o conceito de território ainda encontra-se em construção e não é uma tarefa nada fácil, diante do grau de complexidade que envolve o tema. Por enquanto, o que se pretende até aqui é contribuir para iluminar os caminhos a serem trilhados. Dessa forma, compreende-se a territorialidade como um processo social que envolve um feixe de inter-relações mediadas por acordos entre distintos agentes que se interessam por algum(s) tipo(s) de objeto(s) comum a eles localizado(s) numa dada porção do espaço geográfico que se torna território.

O objetivo deste estudo é tentar ressignificar o conceito de território a luz das relações sociais mediadas pelo poder. Com base em Arendt (1994), parte-se do pressuposto que o poder não pertence a um agente, mas a todos quantos se achem envolvidos numa relação social, e que, o mesmo encerra ações tomadas em concerto. E nessa perspectiva, que se elegeu o Vale do São Francisco, tendo como objeto de estudo o município de Petrolina como arena apropriada à análise dos processos sociais e de suas respectivas formas-conteúdo, resultantes das ações empreendidas pelos agentes internos e externos do agronegócio.

***CAPÍTULO 02 – A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO A PARTIR DA
AGROINDÚSTRIA EM PETROLINA***

02 – A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO A PARTIR DA AGROINDÚSTRIA EM PETROLINA

2.1. – UM ESPAÇO NO “BAIXO SERTÃO” PERNAMBUCANO: CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA

O município de Petrolina, localiza-se entre 40°30'03" de longitude Oeste de Greenwich e 09°23'55" de latitude Sul, situado a Oeste da capital pernambucana, e parte da Mesorregião do São Francisco Pernambucano. O mapa abaixo mostra a localização do município.

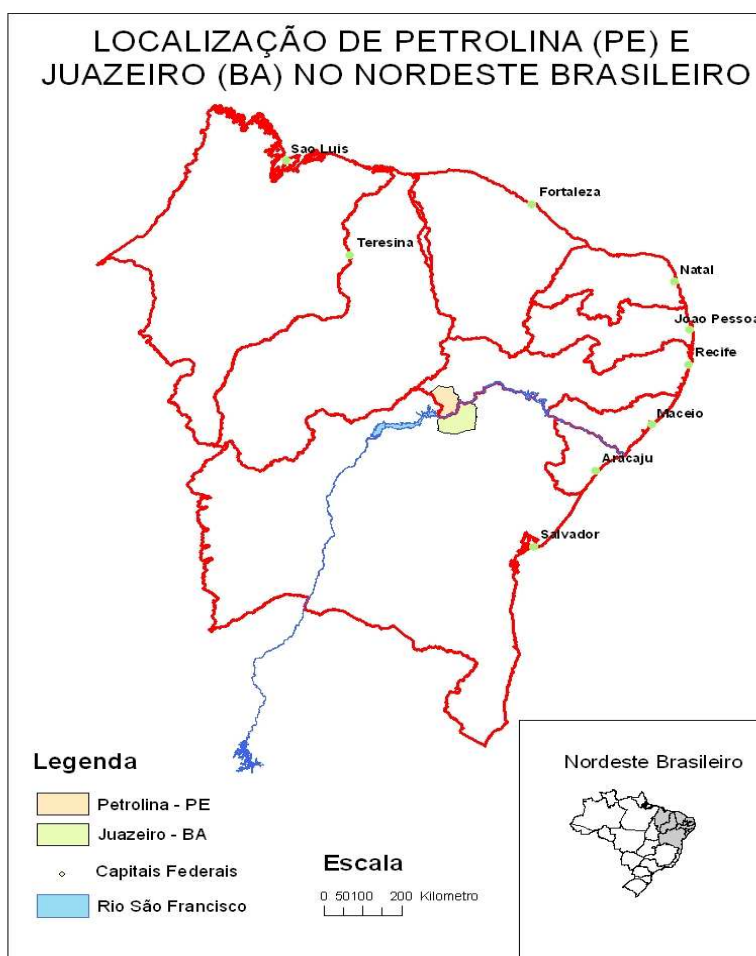


Figura 01: Mapa de localização de Petrolina e Juazeiro na Região Nordeste
Fonte: Dirceu Cadena Filho, 2009.

Segundo Fonseca (2008) o nome Petrolina é uma homenagem ao Imperador do Brasil, dom Pedro II, e o autor argumenta que há outro conjunto de fontes traz a concepção de que o nome da cidade refere-se a uma dupla homenagem, com a junção do nome do imperador, em sua versão latina, *Petrus*, ao da imperatriz Leopoldina, resultando, num processo eufônico, em Petro-I-ina.

De acordo com Carmargo (2008) a sede municipal de Petrolina está situada cerca de 715 km da cidade do Recife, e apresenta como as principais vias de acesso as Rodovias BR-232, BR-110, BR-316, BR-428 e a BR-122. O município apresenta parcela do seu território banhado pelo trecho do sub-médio do Rio São Francisco.

A extensão territorial municipal é de 4.559 km² (IBGE, 2009), que corresponde a 4,63% do território do Estado de Pernambuco.

2.2. – ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

As principais atividades econômicas de Petrolina estão situadas na Agroindústria irrigada, no comércio e na prestação de serviço. O referido espaço apresenta-se desde meados do século passado configurações rurais e a partir do conjunto de investimentos, principalmente com a construção da Barragem e Usina Hidroelétrica de Sobradinho, o território apresentou suas bases ampliadas, e um espaço urbano diversificado e produzido a partir do modo de produção capitalista. Assim, observa-se que mesmo com suas bases produtivas ampliadas a partir do agronegócio, observa-se *in loco* o espaço urbano de Petrolina com um modo de produção dominante, e que pode-se usufruir das idéias de Lipietz para melhor compreender, quando o mesmo quando apresenta que

O modo de produção capitalista se caracteriza pela separação dos produtores de seus meios de produção e pelo caráter privado, autônomo, da valorização dos diferentes segmentos do capital social. A lei do valor, que realiza através da troca mercantil entre estes segmentos, assegura a auto-regulação do desenvolvimento dos diferentes ramos da produção (mesmo que através das crises). (Lipietz, 1988.p.35).

Dessa forma, a paisagem de Petrolina apresenta em seus diversos elementos o produto desse modo de produção capitalista dominante e se faz interessante na análise de como suas bases produtivas e da vida social se expandiram frente à inserção direta das práticas capitalistas.

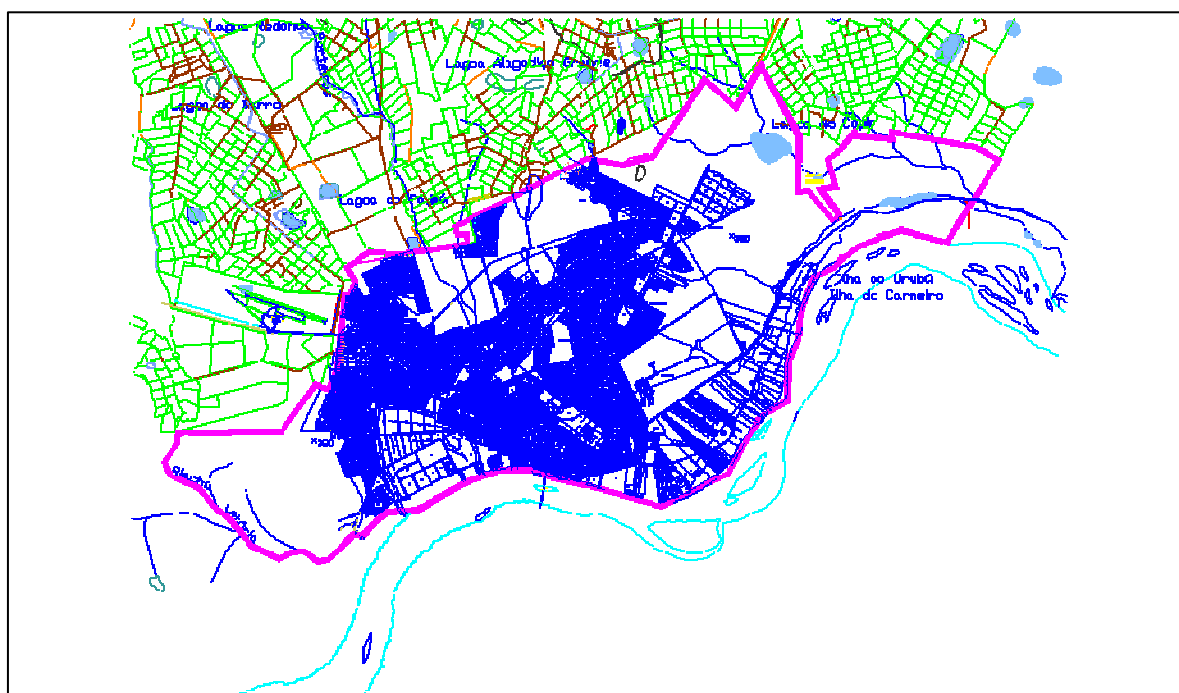


Figura 02: Perímetro urbano do Município de Petrolina.
Fonte: Prefeitura Municipal de Petrolina, 2007.

De acordo com o último Censo Demográfico (IBGE, 2000), a população de Petrolina é de 218.538 habitantes, desses 166.279 hab. na zona urbana (figura 02 a porção traçada com a linha rosa) e 52.259 hab. no perímetro denominado rural. A densidade demográfica do município é de aproximadamente 47,92 hab/km² (IBGE, 2000). É importante desatacar que entre os anos de 2000 e 2007 o município

construiu uma taxa anual de crescimento demográfico de 3,13%. Essa taxa demonstra que há um crescimento demográfico considerável, certamente, isso ocorre pelas diferentes modificações que o espaço petrolinense vem apresentando. Pode-se observar na figura 03 as principais vias de acesso do território de Petrolina.

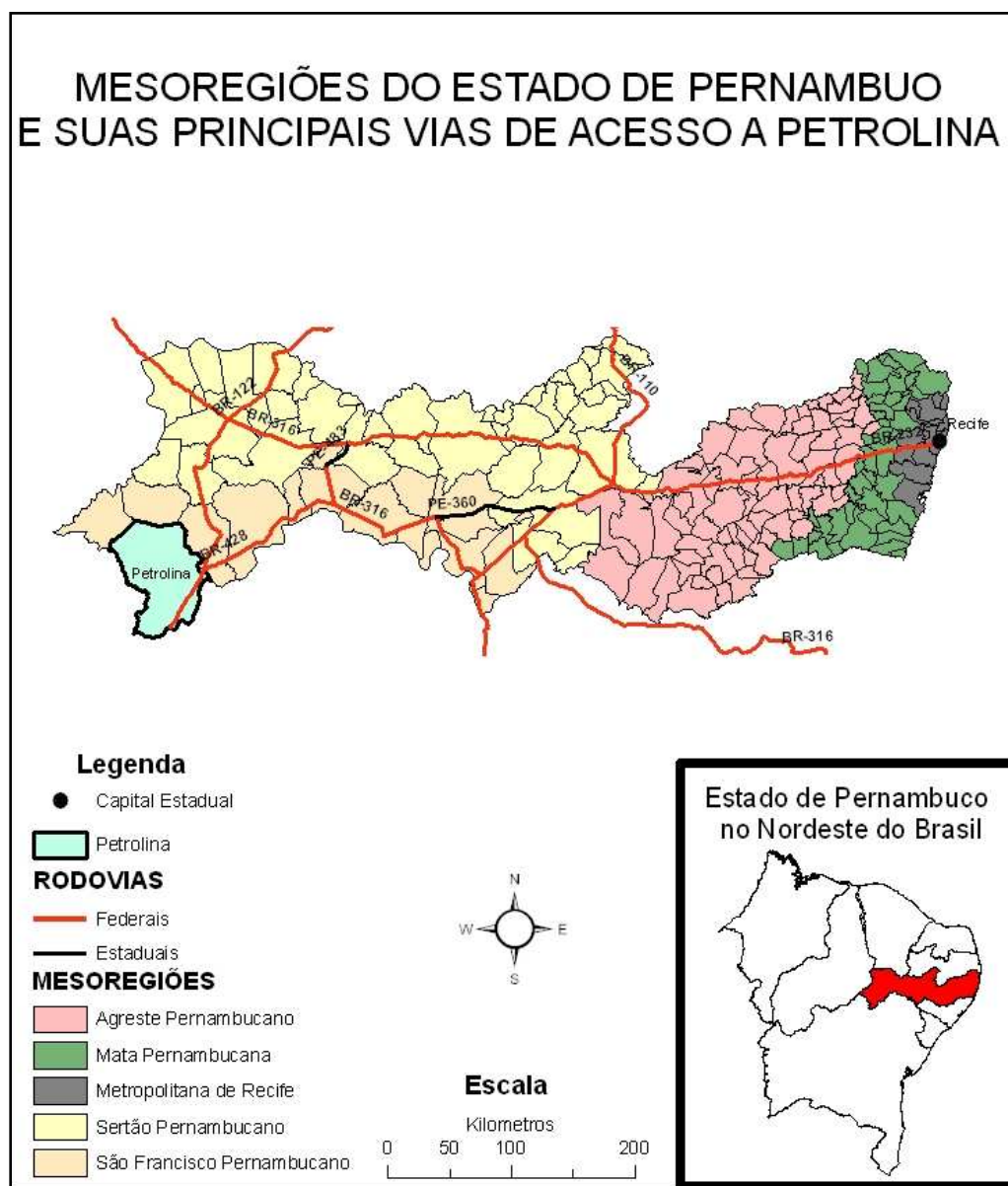


Figura 03 - Localização das Mesorregiões de Pernambuco e vias de acesso.
Fonte: Dirceu Cadena Filho, 2009.

Na tabela pode visualizar a espacialização da população de Petrolina, segundo as regiões da cidade. No entanto, verifica-se que não há uma distribuição uniforme da população em todos os pontos da cidade e pode-se somar a essa análise o surgimento de novos bairros a partir de loteamentos, como pode-se verificar os dados na tabela 01.

Tabela 01: Distribuição da População de Petrolina por Região

REGIÃO:	CENTRO			
		2000 - IBGE		
Nº	BAIRRO	POPULAÇÃO		TOTAL
ORDEM		HOMENS	MULHERES	GERAL
1º	CENTRO ANTIGO	4.523	5.820	10.343
2º	GERCINO COELHO	3.889	4.366	8.255
3º	MARIA AUXILIADORA	1.893	2.168	4.061
4º	ATRÁS DA BANCA	1.408	1.745	3.153
5º	SÃO JOSÉ	1.381	1.671	3.052
6º	VILA MOCÓ	1.312	1.582	2.894
T O T A I S		14.406	17.352	31.758
REGIÃO:	LESTE			
		2000 - IBGE		
Nº	BAIRRO	POPULAÇÃO		TOTAL
ORDEM		HOMENS	MULHERES	GERAL
1º	VILA EDUARDO	3.687	4.008	7.695
2º	LOTEAMENTO RECIFE	2.008	2.253	4.261
3º	JATOBÁ	1.990	2.051	4.041
4º	CIDADE UNIVERSITÁRIA	174	179	353
5º	BOA ESPERANÇA	148	141	289
6º	PEDRA DO BODE	151	136	287
7º	SITIO URUBU	87	85	172
8º	CARNEIRO	80	59	139
9º	ZONA MILITAR	53		53
T O T A I S		8.378	8.912	17.290
REGIÃO:	NORTE			
		2000 - IBGE		
Nº	BAIRRO	POPULAÇÃO		TOTAL
ORDEM		HOMENS	MULHERES	GERAL
1º	JOSE E MARIA	6.803	7.141	13.944

2º	JOÃO DE DEUS	6.533	6.713	13.246
3º	DOM AVELAR	5.900	6.012	11.912
4º	AREIA BRANCA	4.199	5.001	9.200
5º	JARDIM AMAZONAS	3.314	3.433	6.727
6º	PEDRO RAIMUNDO	2.297	2.430	4.727
7º	JARDIM SÃO PAULO	2.222	2.371	4.593
8º	JARDIM MARAVILHA	2.110	2.363	4.473
9º	COSME E DAMIÃO	2.107	2.209	4.316
10º	DOM MALAN	1.312	1.404	2.716
11º	OURO PRETO	1.192	1.236	2.428
12º	ANTONIO CASSIMIRO	973	1.028	2.001
13º	KM - 2	421	515	936
14º	TOPAZIO	53	56	109
T O T A I S		39.436	41.912	81.348
REGIÃO:	OESTE			
		2000 - IBGE		
Nº	BAIRRO	POPULAÇÃO		TOTAL
ORDEM		HOMENS	MULHERES	GERAL
1º	SÃO GONÇALO	5.558	5.878	11.436
2º	COHAB MASSANGANO	5.209	5.859	11.068
3º	COHAB SÃO FRANCISCO	4.190	4.578	8.768
4º	PALHINHAS	615	735	1.350
5º	DISTRITO INDUSTRIAL	66	44	110
T O T A I S		15.638	17.094	32.732

Fonte: Prefeitura Municipal de Petrolina, 2007; IBGE, 2000.

2.3. – UMA LEITURA TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE PETROLINA

No município de Petrolina identifica-se um conjunto de processos desencadeados a partir das lógicas de reestruturação produtiva, na qual, a agroindústria comanda as dinâmicas dos diferentes setores econômicos do município. Nota-se que em Petrolina o conjunto de ações e de objetos organizadores do espaço, se funde em complementaridades, conflitos e contribuem para as formas de expressões de antigas e atuais relações de produção.

Pode-se tomar de empréstimo o contexto da ampliação da reestruturação produtiva da agropecuária nos diversos pontos do Brasil e em Petrolina como reflexo dessa conjuntura no que explica a Profa. Denise Elias, quando afirma que

No Brasil, a reestruturação produtiva da agropecuária tem promovido profundos impactos socioespaciais, quer no campo quer nas cidades. Novas formas de uso e ocupação do espaço agrário têm se colocado. Isso explica em parte a reestruturação do território e a organização de um novo sistema urbano, muito mais complexo, resultado da difusão do agronegócio globalizado, que têm poder de impor especializações produtivas ao território, seja no campo, seja na cidade. Dessa forma, o estudo da economia urbana é importante para observarmos as novas funções exercidas pelas cidades, aqui incluindo as vinculadas ao agronegócio globalizado. (Elias, 2006.p.42)

Uma forma de ampliar os debates sobre a produção do espaço da cidade a partir do agronegócio é identificar os agentes sociais e econômicos que se encontram na interseção entre a cidade e o campo, bem como, nas diferentes articulações existentes entre os diversos territórios, que não necessariamente se apresentam contínuos ou contíguos, mas que decerto, fazem com que o produto do agronegócio apresente fluidez nas respectivas redes.

Para isso, se é necessários compreender as dinâmicas socioespaciais, em suas diferentes escalas de análise, associada à investigação das novas funções exercidas pelas cidades com produto de ampliação de suas respectivas bases agrárias em um contexto de inovação tecnológica e reprodução do capital.

A busca por um entendimento no que condiz as inúmeras transformações, essas por sua vez, rápidas e velozes, no interior do município de Petrolina, compreende-se inicialmente como ela sendo produto dos diferentes momentos históricos. Para Carlos (2004) a compreensão da cidade, na lógica geográfica, nos coloca diante de sua dimensão espacial, ou seja, a cidade analisada enquanto

realidade material, essas duas indicações colaboram para a compreensão do espaço citadino de Petrolina.

O pensamento da cidade da forma acima citada, apenas inicia a reflexão sobre o espaço geográfico – urbano petrolinense. Sabe-se que o mesmo se apresenta de forma plural, conflituosa, dinâmica e contraditória devido às diferentes práticas sócio-espaciais. A cidade não apenas refletindo o modo de produção, mas também a cultura e a época de uma sociedade, ou seja, as condições socioeconômicas e as manifestações culturais, que modelam as formas, funções e a estrutura do espaço urbano (Santos, 2008).

As principais atividades econômicas do município estão fortemente ligadas ao agronegócio, como serão vislumbrados nos próximos capítulos, uma vez que a partir da ampliação das bases produtivas do agronegócio no Vale do São Francisco, um conjunto de investimentos em habitação, atividades de comércio e serviços impulsionados pela presença do fluxo de capital, pessoas e investimentos emergiram na região. Atualmente, o espaço municipal observa suas bases ampliadas pelas possibilidades de realização de negócios que na sua oferta de atividades do terciário torna-se um pólo de atração¹¹ demográfico.

O resgate da proposta de um “Espaço Divido” (Santos, 1979) como colaboração da construção do pensar o espaço de Petrolina, torna-se interessante a partir do momento em que se verifica a divisão do trabalho no espaço urbano como reflexo em muitos momentos das atividades do campo. A presença de um grupo de instituições e empresas que empregam em sua estrutura um conjunto de especialistas e equipamentos detentores de elevada tecnologia, traz por outro lado,

¹¹ O desenvolvimento da região em que se localiza o município de Petrolina remota no contexto mais recente há uma série de empreendimentos estatais, que por muitos são denominados de “estruturadores”. As chamadas interiorizações do desenvolvimento face às dinâmicas regionais expressam o poder político decisório a o fluxo de capital nacional e estrangeiro investido na região.

as dimensões do subemprego, bairros pobres, ilustrado pela foto 01, e as mais diversas mazelas sociais no campo do trabalho e da vida cidadã.



Foto 01- ampliação do espaço urbano e formação de periferias.
Fonte: Michel Saturnino Barboza, 2008.

Para isso, entende-se como “espaço dividido” uma economia urbana representada sob dois circuitos, o Circuito Superior e o Circuito Inferior oriundas dos processos de modernização tecnológica. No entanto, para a existência desses circuitos Santos (1979) coloca a idéia central de que a cidade dos países subdesenvolvidos não funciona como um bloco. Seguindo a linha de pensamento do mesmo, ele traz que no interior do sistema urbano, pode encontrar a existência de dois subsistemas, dois circuitos econômicos. Sendo assim, quando analisamos a organização da cidade a partir da presença de instituições financeiras, comércio, indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores, analisa-se a presença do circuito superior. Para o referido autor, o circuito inferior é “constituído essencialmente por formas de fabricação não-“capital

intensivo”, pelos serviços não-modernos (foto 02) fornecidos “a varejo” e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão”. (Santos, 1979.p.31).



Foto 02: atividades de comércio e serviços em áreas periféricas de Petrolina.
Fonte: Michel Saturnino Barboza, 2008.

No quadro 01, Santos (1979) compara as características da economia urbana nos dois circuitos evidenciados nos países subdesenvolvidos, podendo assim exemplificar a presença desses dois circuitos no caso de Petrolina.

Quadro 01: Características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.

	CIRCUITO SUPERIOR	CIRCUITO INFERIOR
Tecnologia	capital intensivo	trabalho intensivo
Organização	Burocrática	primitiva
Capitais	Importantes	reduzidos
Emprego	Reduzido	volumoso
Assalariado	Dominante	não-obrigatório
Estoques	grande quantidade e/ou alta qualidade	pequena quantidade, qualidade inferior
Preços	fixos (em geral)	submetidos à discussão entre comprador e vendedor (<i>haggling</i>)

(cont.)	CIRCUITO SUPERIOR	CIRCUITO INFERIOR
Crédito	bancário institucional	pessoal não-institucional
Margem de lucro	reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceção produtos de luxo)	elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
Relações com a clientela	impessoais e/ou com papéis	desprezíveis
Publicidade	Necessária	nula
Reutilização dos bens	Nula	freqüente
<i>Overhead</i> capital	indispensável	dispensável
Ajuda governamental	Importante	nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	grande, atividade voltada para o exterior	reduzida ou nula

Fonte: SANTOS, 1979.p.34.

Uma questão interessante é a de que a cidade tornou-se centro de decisões e comandos, e com o principal município vizinho, no Estado da Bahia, coordena os mais importantes arranjos produtivos locais da Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) Petrolina e Juazeiro¹², não restando dúvidas que o agronegócio é a atividade mais dinâmica e apresenta o maior valor produtivo econômico entre as demais atividades.

Como espaço de atração de investimentos, empresas e mão-de-obra em função do Pólo Fruticultor, verifica-se que a cadeia produtiva agroindustrial corresponde ao maior percentual dos empregos formais no município, como se pode verificar na tabela a seguir, as 20 ocupações que mais admitiram entre janeiro de 2007 e junho de 2009, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2009).

¹² A Região Integrada (RIDE) do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA foi criada no início dos anos 2000, pela Lei Complementar n. 113, de 19/09/2001, onde foi regulamentada pelo Decreto n.4366, de 09/09/2002. Segundo o Ministério da Integração Nacional, a RIDE abrangem quatro municípios de Pernambuco – Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Orocó – e quatro da Bahia – Juazeiro, Casa Nova, Sobradinho e Curaçá.

Observe que os setores que mais admitiram são os ligados a produção agropecuária. (Tabela 03).

Tabela 02: Ocupações que mais Admitiram (Jan/2007 a Jun/2009)

Meses: Jan de 2007 a Jun de 2009				
CBO	Sal.Médio Adm.(R\$)	FREQUÊNCIA		
		Admissões	Desligamentos	Saldo
621005 Trabalhador agropecuário em geral	419,11	24.176	20.350	3.826
622515 Trabalhador no cultivo de frutíferas	424,60	8.649	7.413	1.236
622020 Trabalhador volante da agricultura	421,69	7.749	7.282	467
622505 Trabalhador no cultivo de árvores frutíferas	426,57	6.661	6.176	485
521110 Vendedor de comércio varejista	437,34	2.992	3.016	-24
717020 Servente de obras	468,08	2.944	2.601	343
411005 Auxiliar de escritório, em geral	488,55	1.643	1.542	101
715210 Pedreiro	624,27	1.002	948	54
623110 Trabalhador da pecuária (bovinos corte)	415,02	773	735	38
991405 Trabalhador da manutenção de edificações	415,82	744	659	85
411010 Assistente administrativo	569,14	704	555	149
421125 Operador de caixa	456,87	622	542	80
513205 Cozinheiro geral	437,97	586	462	124
514210 Faxineiro	411,91	586	533	53
784205 Alimentador de linha de produção	432,14	560	741	-181
782510 Motorista de caminhão	830,46	497	440	57
521125 Repositor de mercadorias	418,82	479	423	56
422105 Recepcionista, em geral	447,57	464	433	31
519940 Leiturista	432,62	448	331	117
517330 Vigilante	511,31	392	274	118

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, CAGED, 2009.

Em função da relação de produção estabelecida entre parcela da produção da zona rural com os espaços internacionais, verifica-se que o consumo produtivo agrícola não corresponde há um percentual elevado do consumo total, pois, parcela significativa da produção agroindustrial atende aos consumidores externos, em especial aos norte-americanos, japoneses e europeus. Silveira & Santos (2006) abordam essa questão ao discutir sobre a presença do mercado externo em um Estado de forma que,

o peso do mercado internacional na vida econômica de um país acaba por orientar uma boa parcela dos recursos coletivos para a criação de infra-estruturas , serviços e formas de organização do trabalho voltados para o comércio exterior, uma atividade ritmada pelo imperativo da competitividade e localizada nos pontos mais aptos para desenvolver essas funções. Isto não se faz sem uma regulação política do território e sem uma regulação do território pelo mercado. É desse modo que se reconstroem os contextos da evolução das bases materiais geográficas e também da própria regulação. O resultado é a criação de **regiões do mandar** e **regiões do fazer**. (Silveira & Santos, 2006.p.21-22).

Portanto, as técnicas metamorfoseadas em territórios, incorporadas ao solo, bem como os objetos técnicos associados a produção e os insumos da técnica e da ciência propõe um aumento da eficácia quanto a divisão e especialização do trabalho nos lugares. Observa-se, no espaço urbano e nos perímetros rurais a presença de atividades do setor terciário associados à produção agrícola.

A presença de Bancos com serviços de créditos e atendimento aos produtores e trabalhadores rurais, somados ao conjunto de estabelecimentos comerciais varejistas voltados a agroindústria, seja na consecução de equipamentos-máquinas, tal como insumo de maneira geral para produção do campo configura o cenário territorial e as principais relações.

Na foto 03 se pode observar pequenos produtores agrícolas no cultivo da acerola dentro dos limites do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, esses por sua vez, recebem auxílio técnico da CODEVASF.



Foto 03: Pequenos produtores agrícolas do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho.
Fonte: Michel Saturnino Barboza, 2008.

No que condiz aos fluxos dos produtos e serviços agrícolas nota-se uma variação de acordo com o porte dos produtores. Os pequenos e médios produtores, ou seja, detentores de limitações de capital, área de cultivo, técnicas e tecnologias produtiva, possuem uma produção reduzida e geralmente abastece aos mercados, como os de Juazeiro, que visa, em especial, o mercado consumidor interno (Foto 04).

Normalmente, esses produtores quando situados nos Projetos de Irrigação recebem auxílio técnico da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF). Por outro lado, os grandes produtores destinam parte significativa de sua produção para o mercado consumidor externo, pois, os mesmos, possuem mão-de-obra especializada, articulação com empresas importadoras-exportadoras, em suas propriedades observa-se muitas vezes as *packing houses*. Outro dado importante na compreensão desses espaços produtivos

dotados de alta tecnologia é que os mesmos apresentam certificações internacionais, ou seja, atendem há um padrão mínimo de produção e qualidade dos produtos, bem como o cuidado com as etapas produtivas. Esses produtos, normalmente, seguem para o mercado consumidor internacional.



Foto 04- Central de Abastecimento de Petrolina.
Fonte: Michel Saturnino Barboza, 2009.

Nas áreas produtivas encontra-se uma grande questão que é sobre o consumo de energia elétrica, pois, os produtores pagam pela energia elétrica e não pela água que retiram do rio São Francisco. Portanto, diversas ações, principalmente nos Projetos de Irrigações são tomadas para que se reduza o consumo da energia e possibilite paralelamente uma melhor produtividade. Essa situação se apresenta como desafio a proposta racional produtiva. No entanto, os produtores procuram utilizar mais energia elétrica com mais frequência no período

noturno para poder efetuar pagamento de tarifas mais baixas. A tabela abaixo demonstra os consumidores e consumo de energia elétrica em Petrolina no ano de 2007 e pode-se verificar que o consumo de energia elétrica na área rural não corresponde ao maior percentual de consumidores.

Tabela 03: Consumidores e Consumo de Energia Elétrica – 2007

Especificação	Total	Residencial	Industrial	Rural	Comercial
Consumidores	83.601	67.886	318	7.802	6.713
Consumo (Mwh)	329.522	93.632	55.642	109.946	55.642

Fonte: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, 2007.

Na recente lógica de desenvolvimento que vem passando o espaço de Petrolina, observa-se que a produção de riquezas tem demonstra aumentos significativos nos últimos anos. Segundo a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM) o Produto Interno Bruto (PIB) Municipal em 2006, apresentou as seguintes participações setoriais: serviços com 63,16%, agropecuária com 22,79% e a indústria com 14,05% do PIB Municipal Total, conforme o Gráfico 01.

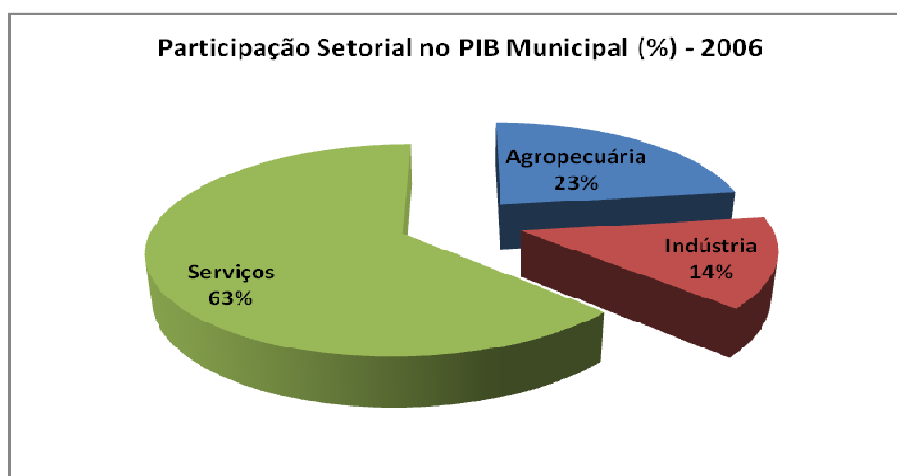


Gráfico 01 – Participação Setorial no PIB Municipal (2006).
Fonte: CONDEPE/FIDEM, 2009

Isto pode nos revelar que o território de Petrolina no que concerne a produção da sua riqueza se classifica como cidade terciária, desde que se faça a compreensão que parte significativa do setor de atividades do terciário municipal encontra-se associado ao agronegócio.

Produto Interno Bruto - 2006

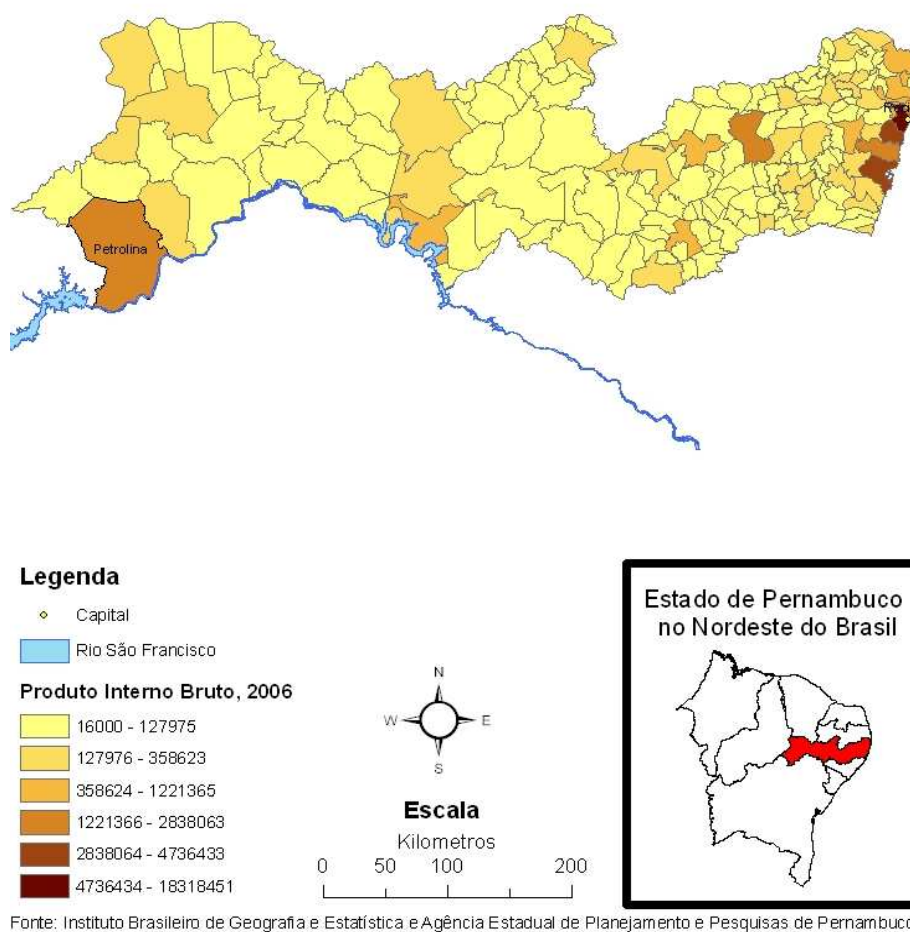


Figura 04 – Produto Interno Bruto de Pernambuco (2006).

Fonte: CONDEPE/FIDEM, 2009 GRAF.: Dirceu Cadena Filho, 2009.

A População Economicamente Ativa (PEA) municipal apresenta-se bem diversificada e presente em todos os setores das atividades econômicas municipais. Com base no último censo demográfico realizado pelo IBGE (2000) verifica-se que

as ocupações dos trabalhadores encontram-se distribuídos (Gráfico 2) da seguinte forma: 24,7% na agropecuária, 19,6% nas atividades comerciais e 7,8% na indústria de transformação (foto 05).

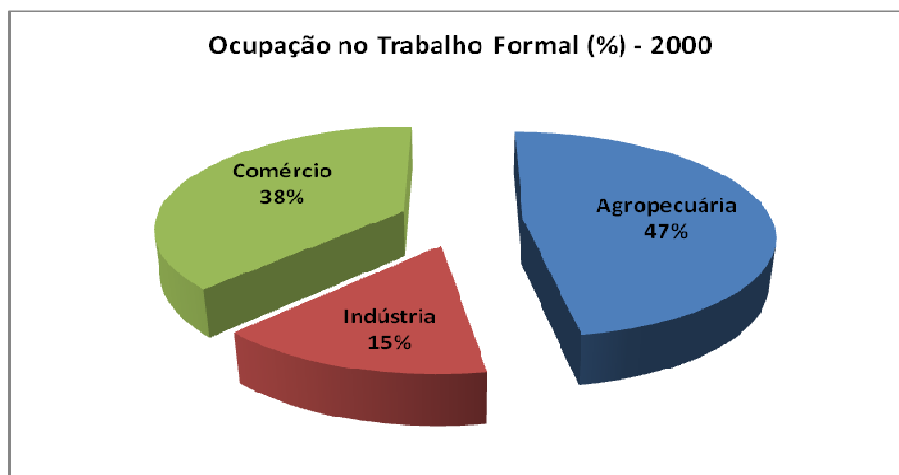


Gráfico 02 – Ocupação no Trabalho Formal (2000).
Fonte: IBGE-SIDRA, 2009

Isso coloca o setor agropecuário como o mais importante na ocupação formal dos trabalhadores e vem elucidar, entre os diferentes fatores, o grande contingente populacional que se movimentam em direção ao setor produtivo agrícola de Petrolina e dos territórios agroindustriais vizinho.



Foto 05: Indústria do setor têxtil presente no Distrito Industrial de Petrolina.
Fonte: Michel Saturnino Barboza, 2008.

É importante destacar que devido à oferta¹³ de recursos hídricos disponíveis associada à aos condicionantes climáticos e o desenvolvimento de técnicas e tecnologias produtivas, pode-se obter produtos agrícolas quase que todos os meses do ano. Segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2009) os principais produtos que foram exportados entre o período de janeiro a junho de 2009 foram: sucos de frutas (60,92%), mangas frescas ou secas (25,53%), pêlos depilados de ovinos (5,32%), outras frutas congeladas (3,48%) e maçãs frescas (1,59%). Observa-se que o setor agropecuário lidera entre os produtos exportados. Entre os principais destinos encontram-se em ordem crescente

¹³ O tipo climático de Petrolina segundo a classificação de Köppen é o BShw, ou seja, um clima seco de estepe de baixas latitudes, denominado também de semi-árido, com uma ocorrência de chuvas de outono-inverno. O clima é quente e seco e as chuvas ocorrem com irregularidades ao longo do ano, o que significa que quando se refere a “oferta hídrica” entende-se também a utilização das águas do Rio São Francisco que margeiam o município de Petrolina.

os seguintes países: Holanda (55,84%), Estados Unidos (14,45%), França (6,026%) seguidos de China (5,44%) e Reino Unido (4,61%).

***CAPÍTULO 03 – OS CENÁRIOS DA PRODUÇÃO EM PETROLINA:
SURGIMENTO DE UM PÓLO.***

03 – OS CENÁRIOS DA PRODUÇÃO EM PETROLINA: SURGIMENTO DE UM PÓLO.

3.1 – As significativas transformações dos contextos produtivos de Petrolina.

As diferentes transformações agroindustriais em Petrolina principalmente a partir da instalação dos Projetos de Irrigação, subsidiados pelo Governo Federal na década de 1960, atrelados a construção das barragens no Rio São Francisco proporcionaram a inserção e o surgimento de novos agentes econômicos dentro do setor agroindustrial. Esse movimento se deu em boa parte dos territórios do sub-médio do Rio São Francisco.

Uma preocupação eminente sobre a ação do governo e das empresas frente ao espaço agrícola dessa região é conclusivo por Andrade (1984) quanto aos impactos ao ambiente e as circunstâncias sociais que são produzidas a partir desse conjunto de novas técnicas. Isso fica elucidado quando ele afirma que

a política de construção de barragens, acompanhada do programa de modernização agrícola, vem sendo feita com uma preocupação de ordem predominantemente econômica, dando pequena importância aos impactos ecológicos e sociais que provoca. (Andrade, 1984,p.54).

Dessa forma, os sistemas de objetos apresentam-se como mediadores da melhor fluidez do território-rede, na lógica da articulação e funcionamento das diferentes cadeias produtivas, seja na produção, comercialização e logística de distribuição agroindustrial. O imperativo econômico e político traz aos territórios as práticas capitalistas e distanciam decerto a possibilidade de bem estar da sociedade, transformando o espaço não-metropolitano, interiorano, da forma de vida longa e

lenta, em espaços de vida da competitividade e da imposição empresarial, política e técnica.

Para Denise Elias (2007) é fundamental considerar os sistemas de objetos que viabilizam fluxos, assim como os demais fixos inerentes à agropecuária globalizada, com os quais se formam as redes agroindustriais.

Conclui-se dentro dessa perspectiva metodológica que os sistemas de objetos que se caracterizam pela construção da possibilidade de fluidez entre os diferentes territórios, na lógica do espaço urbano não metropolitano, a exemplo da cidade de Petrolina, deverá identificar nos equipamentos industriais associados ao agronegócio, sistemas de transportes, telecomunicações, sistemas de eletrificação, hotéis e alojamentos, espaço para a realização de encontros, feiras que possibilitem a circulação de capital, inovação e realização de atividades comerciais, armazéns e galpões e os sistemas de objetos associados à irrigação, funcionem de forma harmônica e construa o que denomina-se circuitos de cooperação.

O município de Petrolina apresenta diferentes lógicas de produção do espaço nos últimos decênios no que se refere às relações campo-cidade. Esse cenário demonstra o que se pode classificar à mesma como uma cidade do agronegócio, pois, seus aspectos produtivos e territoriais abarcam na atualidade dimensões diferenciadas nas escalas de inter-relações econômicas e produtivas. Para Henri Lefebvre as relações campo-cidade são fundamentais nas lógicas de compreensão do espaço urbano, de forma que o mesmo diz que

Atualmente, a relação cidade-campo se transforma, aspecto importante de uma mutação geral. Nos países industriais, a velha exploração do campo circundante pela cidade, centro de acumulação de capital, cede lugar a formas mais sutis de dominação e de exploração, tornando-se a cidade um centro de decisão e aparentemente de associação. Seja o que for, a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o. Não sem os efeitos paradoxais

anteriormente observados. A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que definham em proveito dos centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centros de decisão, etc.). (Lefebvre, 2001.p68-69)

A cidade encontra-se na Mesorregião do Sertão do São Francisco¹⁴ (IBGE) e frente a essa proposta de regionalização destaca-se quanto às estruturas de funcionamento urbano e rural, ou seja, o seu território quando colocado em relação aos demais municípios da Mesorregião e dos estados fronteiriços, encontra-se indicadores sociais e econômicos superiores a média dos demais.

As características físico-naturais do município são atrativas para as práticas agrícolas, pois, possui um número considerável de iluminação solar associado a presença dos projetos e sistemas de irrigação das águas do Rio São Francisco, fazendo com que essa possibilidade entre as práticas produtivas agrícolas, a presença da indústria e das tecnologias necessárias a realização de uma agricultura moderna, extremamente técnica e transbordada de investimentos, possa figurar como um dos principais *front*¹⁵ agrícola no território brasileiro.

Esse *front* agrícola no Estado de Pernambuco se insere ao setor do *agribusiness* globalizado e repleto de diretrizes internacionais determinadas por consumidores, instituições governamentais e pelo padrão de comercialização interna e externa. De fato, ao observar a participação da agricultura irrigada de Petrolina na balança comercial pernambucana, é *mister* o significado econômico, que

¹⁴ A Mesorregião do Sertão do São Francisco Pernambucano (IBGE) é composta pelos seguintes municípios Afrânio, Dormentes, Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista, Orocó, Cabrobó, Terra Nova, Belém de São Francisco, Carnaubeira da Penha, Floresta, Petrolândia, Tacaratu e Jatobá. Segundo o IBGE (2000) a Mesorregião apresenta uma população de 465.672 habitantes ou 5,9% da população pernambucana.

¹⁵ A partir de uma reorganização da produção do território verifica-se a descentralização industrial, difundindo *belts* modernos e novos *fronts* agricultura e especializações comerciais e de serviços se desenvolvem em partes do país que apenas na atualidade puderam acolher vetores da modernidade. Nota-se esse movimento descrito, a partir das idéias de Silveira & Santos (2006), nos processos de formação econômica e territorial de Petrolina.

necessariamente não se reveste de dignas condições de emprego, moradia e renda da população petrolinense. De forma que se compreenda melhor o contexto dessas dinâmicas, é importante trazer a guisa da discussão a noção de *agribusiness*, proposta por Silveira (2007) onde

procura, originalmente, demonstrar o encadeamento da totalidade das atividades referentes ao processamento e distribuição de insumos agrícolas, à produção agrícola realizada nas propriedades rurais e ao armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e seus derivados (Silveira, 2007).

Uma das particularidades desse município são os indícios de presença de um fenômeno urbano denominado de cornubação, cuja ocorrência se dá através das relações de produção e cumplicidade entre os espaços urbanos de Petrolina e Juazeiro. Há uma fronteira natural formada pela presença do Rio São Francisco, não impedindo as diversas relações comerciais, sociais e demográficas entre os fluxos dos dois municípios. Para compreender o espaço geográfico de Petrolina, é indispensável à análise do município baiano de Juazeiro, as margens do Rio São Francisco. A Rede Integrada de Desenvolvimento (RIDE) Petrolina e Juazeiro, bem como a Rede Funcional Urbana que mensura o grau de influência do Pólo apresentam significados do ponto de vista institucional para fins de planejamento, gestão e ações estratégicas nos centros em questão.

As manchas urbanas dos dois municípios se expandiram nos últimos anos, encontraram no rio São Francisco uma barreira natural que na prática aproxima-os mais do que os afastam, pois, quando se fala na produção da agroindústria do Vale do São Francisco, situa-se aí, ou melhor, no Pólo Petrolina/Juazeiro, os centros de decisão e comando de parcela significativa da produção no sub-médio São Francisco Pernambucano.

Apresentando o conjunto de equipamentos estruturais e mobiliário necessário para ser o 'território'¹⁶ da organização produtiva agrícola irrigada, as cidades encontram-se em expansão de seus limites denominados urbanos e com uma crescente nas bases necessárias para um Pólo produtivo econômico.

A lógica urbana municipal atende as determinantes do modo de produção vigente, quando se pode encontrar na cidade, aspectos de desigualdade, pobreza e concentração fundiária, bem como o parcelamento do solo urbano a partir da presença de condomínios residenciais (foto 6) de alto valor comercial onde se reproduz os condomínios do gênero das grandes cidades.

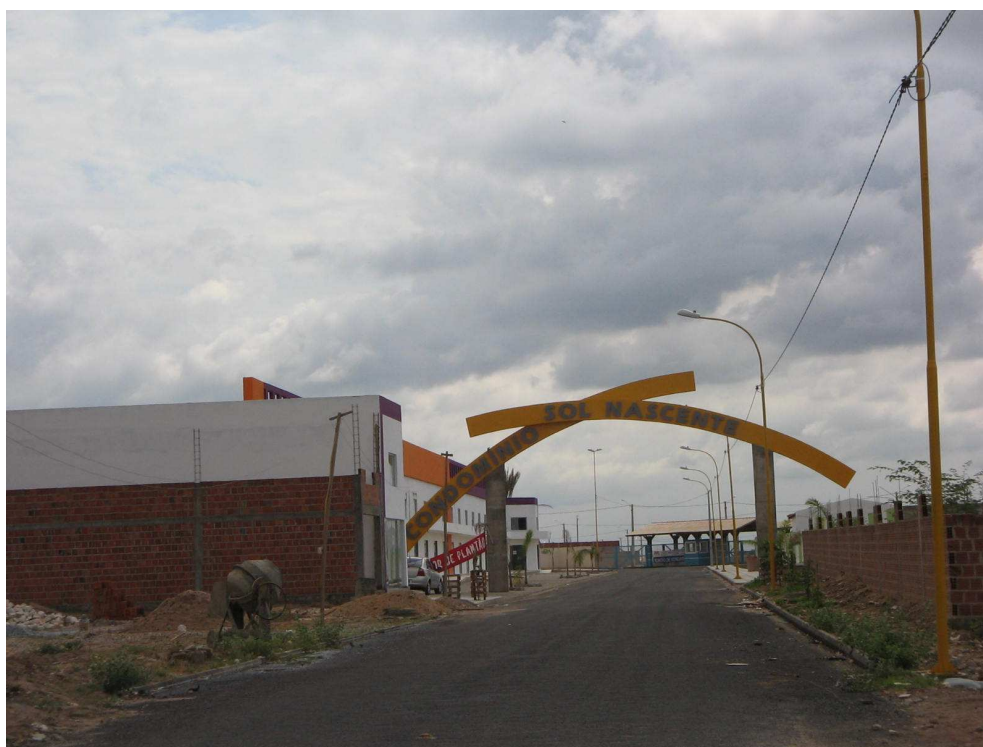


Foto 06: Edificação de condomínios residenciais de luxo e de lojas.
Fonte: Michel Saturnino Barboza, 2008.

O Pólo se constitui no plano das idéias como o espaço atrativo e de possibilidade de prosperidade frente aos seus arranjos e cadeias produtivas, por

¹⁶ No sentido Lato da expressão 'Território', ou seja, delimitação do espaço a partir de relações de poder.

outro lado, significa para um conjunto de trabalhadores como um lugar da sobrevivência e da mínima certeza de inserção no contexto produtivo.

Pode-se caracterizar na atualidade a cidade de Petrolina sob o ponto de vista do agronegócio, como propulsor das dinâmicas urbanas, da formação de um circuito superior diferenciado no contexto regional, e de um espaço que se cria a partir da presença dos diferentes migrantes, instituições, ações governamentais e empresas.

O município de Petrolina figura-se diferenciado dos demais municípios do semi-árido nordestino devido ao conjunto de inovações e usos que são feitos a partir das adaptações técnicas e tecnológicas da cidade. O Manuel Castells apresenta uma contextualização técnica moderna aplicável ao município, onde

Um paradigma econômico e tecnológico é um agrupamento de inovações técnicas, organizacionais e administrativas inter-relacionadas cujas vantagens devem ser descobertas não apenas em uma nova gama de produtos e sistemas, mas também e sobretudo na dinâmica da estrutura dos custos relativos a todos os possíveis insumos para a produção. Em cada novo paradigma, um insumo específico ou conjunto de insumos pode ser descrito como fator-chave desse paradigma, caracterizado pela queda dos custos relativos e pela disponibilidade universal. A mudança contemporânea de paradigma pode ser vista como uma transferência de uma tecnologia baseada principalmente em insumos baratos de energia para uma outra que se baseia predominantemente em insumos baratos de informação, derivados do avanço da tecnologia em microeletrônica e telecomunicações (CASTELLS, 2003, p.107).

3.2 – A OCUPAÇÃO DE PETROLINA A PARTIR DE PROJETOS ESTRUTURADORES

A contextualização dos processos de ocupação do espaço petrolinense a partir dos contextos produtivos se deu, com a presença de inúmeros conflitos estabelecidos entre os primeiros habitantes do Submédio do São Francisco, ou seja, os povos *cariris*, que por sua vez tiveram que se deslocar de seus espaços devido à ação dos *donatários* e *sesmeiros*.

Nos primeiros decênios do século passado, o religioso católico, Bispo Dom Malan, inicia em Petrolina a construção da catedral de Petrolina. No entanto, pode-se considerar que a gênese da economia da região teve suas bases com a expulsão da população cariri, com a exploração do trabalho escravo, fruto do contexto políticos dos primeiros séculos de colonização português no Brasil e da presença da Igreja Católica onde se pode afirmar que a mesma inicia o processo de urbanização em Petrolina a partir da construção da catedral em 1924.



Foto 07: Catedral de Petrolina
Fonte: Michel Saturnino Barboza, 2008.

Para o Prof. Enoque Gomes Cavalcante (1997) a economia petrolinense vivenciou alguns ciclos no que concerne a constituição do seu território. O primeiro

ciclo é representado pela destruição dos campos de celulose do sudeste asiático, no período da Primeira Guerra Mundial, uma parcela do espaço pernambucano e baiano transformou-se em um fornecedor de caroá e sisal. A pecuária inaugura o segundo ciclo, onde ficou caracterizado no território petrolinense a criação de animais, especialmente aos bovinos e caprinos. As prática agropecuárias inseriram o município no contexto nacional onde o mesmo passou a comercializar a pele dos animais para as indústrias do eixo Centro-Sul do país, é essa prática se consolidou já na década de 1940. No terceiro ciclo Cavalcante (1997) afirma que:

O ciclo da industrialização e da agroindústria de base irrigada: o processo de industrialização de Petrolina ocorreu a partir dos anos 20, com a implantação de uma fabrica de cigarros e charutos (Sedicla). Posteriormente, vieram as usinas de descaroçamento e beneficiamento de algodão. (Cavalcante, 1997.p.98)

Dessa forma, pode-se perceber que as bases agrícolas em Petrolina são históricas e que em meados do Século XX, uns aprimoramentos dessas bases ocorreram dentro de uma contextualização política, como Prof. Cavalcante ressalta nesse último ciclo, destacando as ações da seguinte forma,

(...) foram lançados nos anos 50, os alicerces da economia da irrigação com a preciosa água do Rio São Francisco, através de uma infra-estrutura constituída de rodas d'água e de motobombas construindo de forma decisiva (naquela década) para que ocorresse o "milagre da irrigação" na região franciscana. (Cavalcante, 1997.p.98)

Andrade (1970) enfatiza sobre os territórios do interior de alguns Estados do nordeste ao dizer que

O interior, a área sertaneja, ficou isolada pela distância e pela falta de comunicação até a segunda metade do século XX, quando se iniciou a construção das grandes rodovias, isto porque os dois rios navegáveis – o São Francisco e o Parnaíba – têm grande parte dos seus cursos interrompidos por cachoeiras e corredeiras e as ferrovias construídas a partir de 1850, eram meras estradas de penetração visando transportar até os portos de mar os produtos valorizados do

interior. Foram construídas para escoar as riquezas e não para desenvolver o país. (Andrade, 1970.p.88).

A predominância da Caatinga no território petrolinense não se configurou como barreira as atividades de produção econômicas, e pelas intervenções estatais, constitui-se assim, em possibilidade de formação de novos arranjos produtivos onde se inseriu em duas frentes os trabalhadores pequenos e médios trabalhadores rurais e a co-existência com as bases latifundiárias nordestina.

Para uma melhor compreensão desse contexto, é muito importante a discussão de como a fruticultura irrigada contemporânea de bases tecnológicas e globalizada atingiu o estágio atual, a busca de entendimento dos principais processos de construção desse território auxiliam na compreensão ontológica desse espaço.

As experiências de irrigação datadas da primeira parte do Século XX surgiram posteriores a seca ocorrida entre os anos de 1930 e 1931.

A partir da década de 1960 foram ampliadas as bases produtivas no Vale do Rio São Francisco¹⁷ a com a criação de perímetros irrigados, onde a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)¹⁸ deu início as instalações do Projeto Bebedouro, com o assentamento dos irrigantes no final da referida década.

As configurações atuais do território aqui estudado constituem um produto de ações estatais e da lógica econômica muito intensa e reproduzida pela CODEVASF

¹⁷ Anterior a esse momento a economia girava em torno, principalmente, da produção e comercialização de caprinos e bovinos de leite e corte como também do comércio de varejo e atacado dos bens de produção locais, haja vista a importância das duas cidades, Petrolina e Juazeiro, como entreposto na rota comercial do semi-árido nordestino e da notada expressão econômica na região do Vale do São Francisco.

¹⁸ A SUDENE com assessoria da FAO – *Food and Agricultural Organization* quem realizaram os estudos acerca da questão pedológica e hídrica na região do submédio São Francisco em uma área de aproximadamente 60.000 hectares.

e Chesf, bem como o Ministério da Integração Nacional, como principais motivadores de empreendimentos estruturadores que apresentam perspectivas econômicas e políticas e que praticamente não se vislumbra ganhos nos âmbitos sociais, ecológicos e da cidadania para a população do semi-árido nordestino.

A importância de se defender a questão agrária como evento estruturador de um território e esse viável para a população agrícola como uma proposta de reestruturação produtiva, vê-se claramente na leitura de Andrade Neto (2000) a crítica frente à transposição do Rio São Francisco com produto da “indústria da seca” onde o mesmo afirma que,

Quando se defende aqui projetos estruturadores, aparentemente a transposição das águas do Rio São Francisco seria um exemplo cabal, na prática não, porque quando aqui se defende uma reestruturação desse espaço se está priorizando uma reestruturação fundiária, uma reforma agrária, mas que não se limite apenas a garantir o acesso a terra, também seja acompanhada de políticas públicas que permitam ao homem gerar renda mas, também, levando em conta as especificidades ambientais desse espaço, que não pode ser visto dentro da ótica capitalista de produção em larga escala, demandada de mercado, porque leva na prática a uma concentração de renda e a um processo de desertificação. (Andrade Neto, 2000.p.6-7).

Esse conjunto de assertivas articuladas por Andrade Neto (2000) configura-se como uma proposta de transformação territorial que possibilite o desenvolvimento em suas bases mais fundamentais, ou seja, nos contextos sociais e econômicos, fazendo do território o espaço das relações de poder baseadas na possibilidade de bem estar do ambiente, população e de revolução econômica.

3.3 – A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO COM AS BASES DA CODEVASF

A partir da segunda metade da década de 1960, ocorreu na região do Vale do Rio São Francisco um conjunto de investimentos federais, com o intuito de criação de infraestrutura para a irrigação e geração de energia elétrica, isso pode proporcionar aos municípios do Vale um conjunto de modificações sensíveis e visíveis em seus territórios, principalmente do ponto de vista econômico.

Algumas transformações no âmbito produtivo a partir da irrigação na produção de alimentos, na geração de empregos e no aumento da renda da população envolvida naquele contexto produtivo regional. Verifica-se que nas décadas de 1980 e 1990, houve maiores lideranças por parte das empresas privadas, isso devido, a competição entre os mercados internos e externos, que de certa forma, passou a pressionar o Estado no que condiz a ampliação das principais infra-estruturas.

Recentemente verifica-se a presença de alguns empreendimentos de grande porte, como impactantes na proposta de ampliação das infra-estruturas produtivas e de melhoria de bem estar da população do semi-árido nordestino. Um exemplo é o Canal do Sertão, que abrangerá o município de Casa Nova, na Bahia e outros dezesseis municípios no Estado de Pernambuco entre eles o município de Petrolina. O principal objetivo desse a construção desse Canal, segundo a CODEVASF, é de

Promover o desenvolvimento sustentável da região, garantindo melhores condições de vida, maior renda, maior nível de emprego e, por consequência, a permanência da população, reduzindo a pressão migratória para os grandes centros urbanos. Aumentar a disponibilidade de recursos hídricos em quantidade e qualidade para usos múltiplos dos recursos naturais, tais como: Abastecimento humano (urbano e rural), Dessedentação animal, Agricultura irrigada 140 mil ha e de

sequeiro, Pecuária e aqüicultura, Agroindústria, mineração, Turismo e lazer. (CODEVASF, 2009)

No entanto, esse projeto, já em execução vem de contra há um conjunto de pesquisadores, representantes de movimentos populares e sindicais, tais como movimentos ambientalistas, eclesiásticos e da sociedade civil por ser configurado como uma espécie de transposição das águas do Rio São Francisco.

3.3.1 - PROJETOS DE IRRIGAÇÃO

O Projeto de Irrigação Bebedouro, localizado no Município de Petrolina, possuiu uma área irrigável de 2.091 hectares, onde, 1.233 hectares pertencentes a produção de pequenos e médios produtores e 858 hectares destinados a empresas e grande produtores. Essa área possui 31 km de canais, 45 km de estradas, 64 km de drenos e 5 estações de bombeamento, compondo assim, os principais sistemas de engenharias.



DIVISÃO DISTRITAL COM OS PROJETOS

Figura 05: Divisão dos distritos de irrigação em Petrolina.

Fonte: Prefeitura Municipal de Petrolina, 2009.

Esse conjunto de informações quanto a área irrigável demonstra que de certa forma, os perímetros mantêm a proposta inicial de ser caracterizado essencialmente por pequenos e médios produtores. No entanto, o que se verifica na prática é que as diferenças entre os grupos de produtores agrícolas dos projetos de irrigação se diferenciam substancialmente, pelo uso dos aparatos técnicos, tecnológicos e de gestão empresarial. Sendo assim, o fato de produzirem em um maior número de hectares não se reverte em uma quantidade/qualidade melhor na produção.



Foto 08: sistema de bombeamento da água do Rio São Francisco para a irrigação..
Fonte: Michel Saturnino Barboza, 2008.

Um aspecto significativo na análise do referido espaço é que o Perímetro de Bebedouro, por força de Convênio com a CODEVASF, é atualmente administrado pelo Distrito de Irrigação do Perímetro de Irrigado de Bebedouro. Dessa forma, segundo a administração da CODEVASF, a companhia está negociando e

capacitando os produtores para efetivar a transferência da gestão do perímetro para os mesmos. (CODEVASF, 2007).

Dessa forma, verifica-se que a maior produção encontra-se na agricultura caracterizada como familiar seja, na produção de culturas temporárias e permanentes quando assim comparados ao setor empresarial. Sendo assim, segundo informações da CODEVASF (2009) A fruticultura irrigada representou no ano de 2005, 85% de toda a área plantada, e desta as principais foram: uva 42%, manga 33% e goiaba 21%. Entre as culturas temporárias destacam se feijão e melancia.

No Projeto de Irrigação Bebedouro pode-se constatar que a CODEVASF presta serviços de assistência técnica e extensão rural aos 172 agricultores com lotes familiares, por meio de contrato com a empresa privada *Plantec* Planejamento e Engenharia Agrícola Ltda., desde outubro de 2005, portanto, segundo a CODEVASF ainda não se pode avaliar os resultados dos serviços prestados. A recepção para a vista aos lotes é mediada pelos técnicos agrícolas da *Plantec*, onde, não se verificou queixas ou problemas frente a atuação da mesma junto aos produtores rurais.

Por fim, de acordo com a CODEVASF, estima-se que a quantidade de empregos gerada é da ordem de 2.400, cerca de 800 gerados diretamente e 1.600 indiretamente. O Perímetro de Bebedouro apresenta uma área inexplorada de 1.300 ha. Estima-se que, nesta área, a quantidade de empregos gerados poderia ser da ordem de 3.900, entre diretos e indiretos, e o valor bruto da produção para esta área de pelo menos R\$ 6.000.000.

3.3.2 - PROJETO DE IRRIGAÇÃO SENADOR NILO COELHO

Esse perímetro irrigado se apresenta como o mais significativo de Petrolina, pois, ocupa uma parcela considerável da área total do município e os seus limites ainda usufrui uma parcela do município de Casa Nova no estado baiano. Sua área irrigável é de 18.857 hectares, onde, 12.814 hectares destinados aos pequenos produtores e 6.043 hectares para o setor empresarial. Diferentemente do Projeto Bebedouro, no Perímetro Senador Nilo Coelho, estima-se que a quantidade de empregos gerada seja da ordem de 60.000 trabalhadores, cerca de 20.000 gerados diretamente e 40.000 indiretamente. O Perímetro Senador Nilo Coelho não apresenta área inexplorada. (CODEVASF, 2009)

De acordo com a CODEVASF, este Distrito de Irrigação possui 158 km de canais, 818 km de adutoras, 711 km de estradas, 262 km de drenos e 39 estações de bombeamento, onde se verifica que quando comparado ao Projeto Bebedouro possui uma amplitude maior no que se refere a área e diversidade de produtos produzidos.

O referido projeto surge em meio a década de 1980, onde as bases agrícolas se expandiram e a agricultura científica e tecnológica ganha fôlego principalmente pelo conjunto de inovações experimentados na década de 1970 no Brasil. O Perímetro Senador Nilo Coelho, por força de Convênio com a CODEVASF, é atualmente administrado pelo Distrito de Irrigação do Perímetro Senador Nilo Coelho. A CODEVASF vem negociando e capacitando os produtores para poder efetuar a transferência da gestão do projeto de irrigação para os produtores.

**Tabela 04: Produção Agrícola
Valor bruto da produção entre os anos de 2002 e 2005**

Ano	Área Familiar		Área Empresarial		Total em R\$
	VBP em R\$		VBP em R\$		
	Culturas Temporárias	Culturas Permanentes	Culturas Temporárias	Culturas Permanentes	
2002	2.952.480	90.576.210	1.353.770	50.398.970	145.281.430
2003	2.417.710	106.208.570	1.027.190	64.119.360	173.772.830
2004	1.409.840	79.493.240	797.670	66.742.830	148.443.580
2005	1.621.316	81.818.199	917.321	68.694.874	153.051.710

Fonte: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Paranaíba, 2007.

Como a atividade que caracteriza os espaços produtivos agrícolas em Petrolina é a fruticultura irrigada, em 2005, 97% de toda a área plantada, e desta as principais foram: manga 41%, goiaba 16%, banana 13%, uva 12%, coco 8% e acerola 4%. Já entre os cultivos temporários pode-se destacar o feijão, a pastagem e a melancia.

3.3.3 - UMA COMPREENSÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DO PROJETO DE IRRIGAÇÃO SENADOR NILO COELHO

No ano de 1969 a Superintendência do Vale do Rio São Francisco (SUVALE) apresentou um estudo a cerca da viabilidade técnica e econômica para uma área de 6.000 hectares. Em seguida, a CODEVASF através de seus departamentos, realizou a contratação de um projeto executivo com o objetivo de implantar a agricultura irrigada como alternativa de desenvolvimento da Região de Petrolina-Juazeiro, sendo assim, selecionou uma área de 15.000 hectares nos setores PA-I, PA-II, PA-III que faziam parte do Projeto Massangano que veio a ser chamado de Nilo Coelho posteriormente.

Um evento que se faz necessário ressaltar para a compreensão de ampliação das bases agrícolas de Petrolina foi a assinatura de um convênio em que a CODEVASF realizou com a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco para a construção da obra de tomada d'água para o projeto partindo do lago de Sobradinho (BA) via galeria de condução sob o dique "B" da barragem. A construção desse projeto apresentou suas primeiras ações em 1979 com a implantação das obras principais. Em 1980 a ODA – *Overseas Development Administration* formulou para CODEVASF uma proposta de adequação do método de irrigação por gravidade para o tipo de solo prevalente e recomendou o método de irrigação por aspersão.

Após a aprovação dos estudos realizados pelas instituições no Vale do São Francisco o Ministério da Agricultura e as demais instituições envolvidas viabilizaram os recursos financeiros e as obras tiveram início em 1980 ao custo de U\$ 200.000.000,00 (Duzentos milhões de dólares) e levaram 4 anos para serem concluídas.

A Companhia analisou as intervenções realizadas pelos estudos da ODA e contratou a revisão e adequação do projeto original a um novo sistema escolhido, esta transformação possibilitou a redefinição da área a ser beneficiada, onde passou para 20.018 hectares. De acordo com as novas diretrizes apresentada pelo projeto, a maior parte das áreas adicionais seria destinada a empresas, no entanto, foi decidido que a água para estas seria sem pressurização. As obras do projeto original e suas ampliações foram estabelecidas entre os anos de 1979 a 1983, ano em que foi realizado o primeiro assentamento de produtores. O projeto passou a ser um perímetro público com 41.000 hectares de área totais sendo 22.518 hectares destinados para agricultura irrigada (CODEVASF, 2009).

A administração durante o período compreendido entre 1984 a 1986 foi realizada pela CODEVASF, no entanto essa fase foi o primeiro momento dos trabalhos de assentamento e produção agrícola vindo a repassar a gestão aos produtores que administraram o perímetro até 1989 através de associações por núcleos de produção.

A divisão física do projeto por núcleos facilitou segundo os administradores o controle e o gerenciamento geográfico do projeto, contudo esse modelo de gestão não foi bem sucedido e a partir de 1989 o projeto Senador Nilo Coelho passou a ser administrado pelo modelo de gestão distrital tal como funciona até o presente momento.

Desde 1983 a ocupação e implantação das áreas de produção do perímetro irrigado Senador Nilo Coelho, vêm em constante crescimento com ocupação plena, inclusive registrando uma significativa expansão, sendo na atualidade a área irrigada superior à prevista.

A proposta distrital de administração apresenta alguns pressupostos onde o Distrito de Irrigação Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho pretende adquirir o reconhecimento como a que apresenta em sua estrutura a maior eficiência, eficácia e melhor estrutura no que corresponde a administração de Perímetros Irrigados no Brasil, onde, busca-se a promoção socioeconômica dos diferentes associados e da região.

Diante do conjunto de contradições vivenciado pelos mais diversos território nota-se um conjunto de atenuantes quanto à proposta inicial do Distrito e a realidade vigente. Sendo assim, a missão de fornecer água para irrigação aos produtores do perímetro dentro das especificações quantitativas e qualitativas demandadas, buscando, evolutivamente, aprimorar o atendimento de forma profissional sem

perder o foco em resultados positivos, surge como esperança para os produtores agrícolas.

CAPÍTULO 04 – O TERRITÓRIO USADO: PETROLINA

CAPÍTULO 04 – O TERRITÓRIO USADO: PETROLINA

4.1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O espaço petrolinense apropriado e usado, denominado de território, é palco de inúmeras dinâmicas em diversos contextos histórico-sociais. Dessa forma, as territorialidades presentes no município em questão compõem o *lôcus* de análise da construção do destino, bem como da (re) produção dessa sociedade.

Partindo da perspectiva de Milton Santos (2001), a respeito do “território usado”, encaminha-se para a análise sistemática da organização territorial de Petrolina, onde as dinâmicas agroindustriais impactam na esfera técnica, tecnológica e social desse espaço.

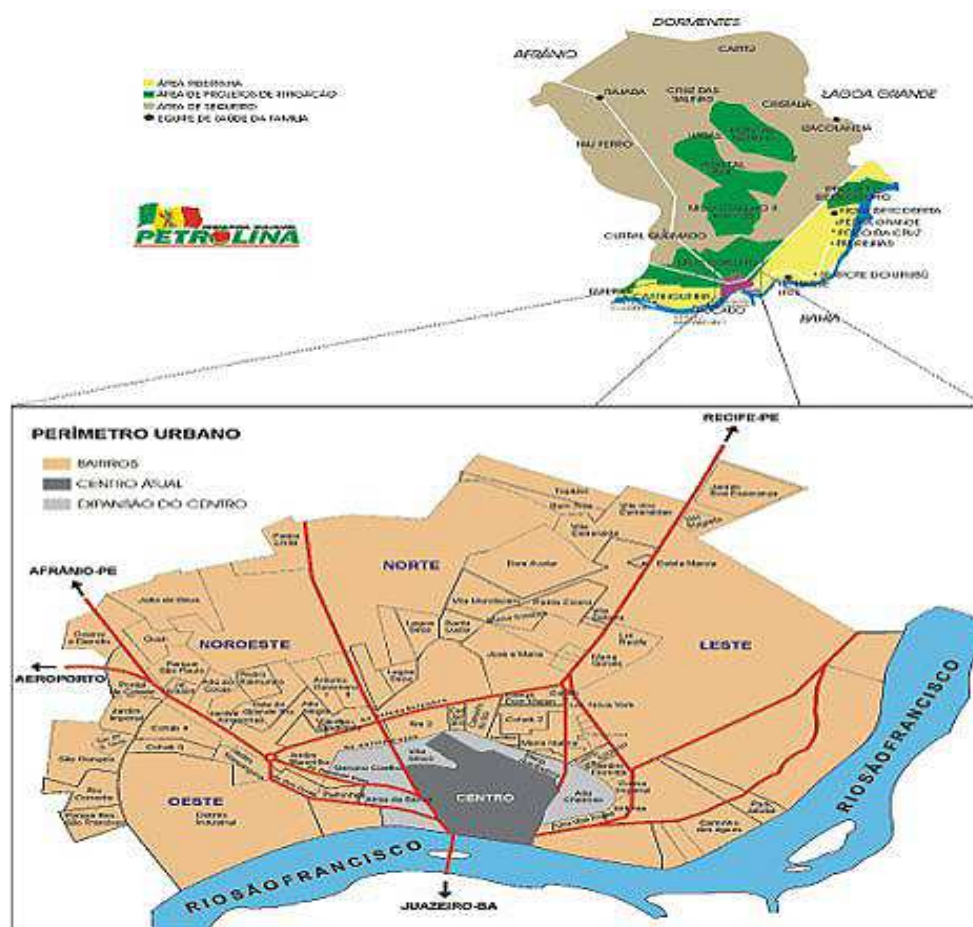


Figura 09: Espaço urbano de Petrolina projetado frente ao território total.
Fonte: Prefeitura Municipal de Petrolina, 2009.

A utilização do espaço urbano (figura 06) em Petrolina é distinta nos diferentes momentos da história, durante a produção desse espaço. O momento atual é marcado pela produção agroindustrial voltada ao mercado consumidor externo, tornando as relações de trabalho e de uso dos espaços citadinos, produtos das diferentes técnicas e tecnologias. Dessa maneira, têm-se as técnicas “funcionando solidariamente em sistemas, apresentando-se assim como base para uma proposta de método” (Santos, 2006).

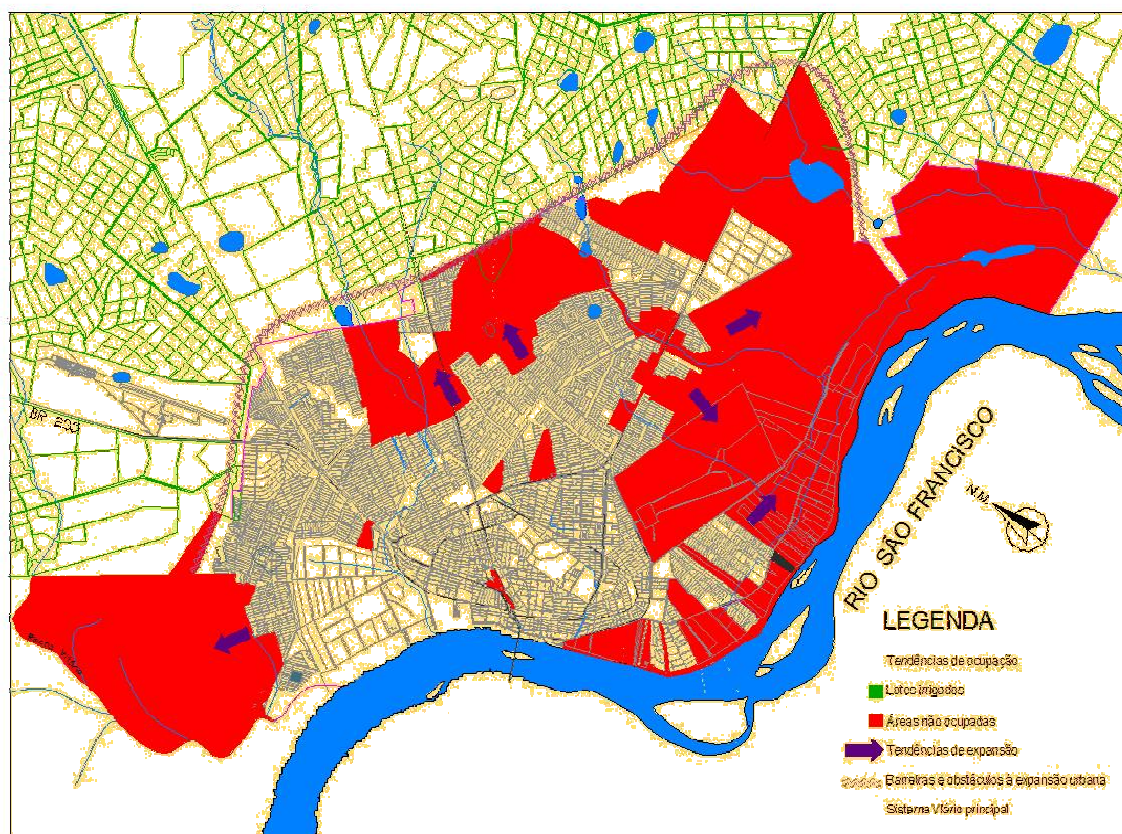


Figura 07: Tendências de ocupação no espaço urbano de Petrolina..
 Fonte: Prefeitura Municipal de Petrolina, 2009

A partir da tendência de ocupação do espaço petrolinense, percebe-se que as áreas irrigadas¹⁹ compõem um conjunto de territórios periféricos na organização do espaço urbano e as nas manchas vermelhas apresenta-se a possibilidade de expansão urbana. (figura 07)

Na organização espacial de Petrolina, de um lado, há os produtos da força de trabalho e dos investimentos no agronégocio, já em contrapartida, existe o papel dos agentes reguladores, em suas diversas escalas de atuação, como por exemplo, as certificações²⁰ de produção e a presença de técnicos internacionais na fiscalização da produção local, destinados em sua essência, para o comércio internacional.

Essas relações se entrelaçam de diferentes acepções, em cada momento histórico. Nessa razão, a divisão territorial do trabalho une, em diferentes contextos, o trabalho vivo nos lugares, e em outro momento uma reestruturação do trabalho morto e dos recursos naturais (Santos, 2008). A divisão territorial do trabalho em Petrolina constrói uma cadeia hierárquica entre os espaços urbanos e rurais e (re) configuram, nos últimos anos, os sistemas de ações das instituições, empresas e da sociedade.

4.2 – A FORMAÇÃO TERRITORIAL URBANA E A AGROINDÚSTRIA

A produção agroindustrial de Petrolina na atualidade é composta de um novo conjunto de técnicas hegemônicas, e constitui a base material do cotidiano social. Ao analisar a atuação de instituições como a EMBRAPA (Empresa Brasileira de

¹⁹ Constata-se que nas contradições identificadas nessa análise a água figura como elemento significativo na construção de territórios e territorialidades, pois, expressa através de seu uso por meio técnico um conjunto de relações de poder.

²⁰ Alguns exemplos das certificações utilizadas na produção agroindustrial de Petrolina são as da Fruchtsaft-Industrie der Schutzgemeinschaft (Associação Protetora da Indústria do Suco de Fruta - SGF), o Certificado KOSHER, o GlobalGap – EUROGAP, a Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) entre outros.

Pesquisa Agropecuária) e da CODEVASF, constata-se o paradigma científico dominado por uma técnica de moldes informacional, o qual aparece como um complexo de variáveis que coordena o desenvolvimento do período atual.

Um fator preponderante nessa proposta de análise deve ser a compreensão de que a economia do Nordeste brasileiro apresentou um desempenho positivo desde o início da década de 1960. Para Egler (2002) os “indicadores de crescimento são superiores à média nacional e mantiveram-se nesta tendência durante longo período de instabilidade da economia brasileira inaugurado em 1981”.(Egler, 2002, p.229). No entanto, a contradição permanece, com arranjos mais acentuados nos últimos anos, de forma que a implantação tecnológica nas práticas produtivas e a exacerbada especialização do trabalhador, apresente formas mais críticas de diferenças nos modos de vida.

Contudo, os movimentos de trabalhadores que buscam oportunidades nos espaços agrícolas petrolinense, a organização e distribuição das práticas agroindustriais dos perímetros irrigados, o setor terciário e suas atividades no espaço urbano atrelados à atuação do Estado redimensionando as bases da cidadania, configuram-se como uma cidade na perspectiva de desenvolvimento descentralizado. (Santos & Silveira, 2006).

A necessidade de compreensão dos significados das formas geográficas materiais (foto 09) da produção do espaço de Petrolina e a função das configurações sociais, políticas e empresariais, repletas, hoje, de técnica, ciência e informação (Santos, 2008), podem vir a colaborar com uma proposta de produção territorial que minimize os conflitos e aumentem a produtividade do espaço em suas variadas dimensões.

O município tem apresentado nos últimos anos um intenso processo de mobilidade populacional para o centro urbano e seu entorno, motivados pela ideologia do desenvolvimento e das ofertas de produção desse espaço. Essa análise da mobilidade populacional está associada ao movimento de capitais na forma de investimentos, mercadorias, serviços que atendem a produção do espaço urbano e agrário, informações e ordens.

O processo intenso de urbanização em Petrolina significa, por um lado, uma maior divisão do trabalho, e por outro lado, uma imobilização relativa que também se apresenta como um resultado da fluidez aumentada do território (Silveira & Santos, 2006).



Foto 09: Formas espaciais urbanas de Petrolina na área central da cidade.
Fonte: Michel Saturnino Barboza, 2008.

A inserção da produção agroindustrial no contexto internacional demonstra uma orientação mundial da organização e distribuição dos recursos sociais para construção de infra-estruturas, serviços e da reorganização do trabalho voltado para

esses mercados, distinguindo as atividades impostas pela competição e localização dos lugares mais aptos para o desenvolvimento das práticas sócio-econômicas.

Segundo Milton Santos (2008), as regulações dos diferentes agentes espaciais expressados pelo mercado, se responsabilizam pela renovação das bases materiais geográficas, e da mesma forma com a própria regulação. A discussão destas ações, na ótica das relações entre os centros de recepções da produção exportada, como também suas exigências quanto às práticas locais, nos quais, produzem as necessidades e orientações desses espaços, a exemplo dos perímetros irrigados que atendem ao território europeu, norte americano e japonês. Essas relações realçam a regulação do território pelos mercados. Silveira & Santos (2006) assinalam da seguinte forma

Na medida em que as firmas têm alcance global, preocupadas principalmente com parâmetros planetários, é como se o uso das condições territoriais indispensáveis pudesse permitir que fale de uma “exportação do território”. No campo modernizado, a natureza ali presente é já uma natureza cientificamente conhecida, domada, codificada, comandada, sobre a qual, mediante as biotecnologias e o influxo de mercado, se impõe um calendário agrícola cada vez menos diretamente dependente das condições naturais e mais dependente do progresso técnico e das demandas de mercado. (Silveira & Santos, 2006.p.291-292)

Verificam-se as técnicas que se transformaram em territórios, com a presença dos sistemas de engenharias, tais como os implementos e os insumos técnico-científicos, direcionados a maior potência, a divisão e a especialização do trabalho nos lugares. Diante do presente contexto, a cidade de Petrolina é condiciona a organização dos atores, pois os sistemas de ações atuantes sobre a cidade apresentam um laço de dependência da sua própria constituição (Silveira & Santos, 2006).

No atual processo de ampliação do espaço²¹ da produção agrícola de molde capitalista no Brasil, observa-se a redefinição de papéis de espaços urbanos não metropolitanos, expandindo-se territorialmente e contextualizando-se com os avanços técnicos e científicos no setor primário. Em Petrolina constata-se uma reestruturação produtiva da agricultura científica-exportadora promovida pelo capital hegemônico em parceria com Institutos de Pesquisas inseridos em uma cadeia produtiva formadora de uma inserção do município em um contexto mundial.

Algumas cidades de médio porte²² tiveram suas respectivas bases econômicas expandidas e até num efeito difusor, impulsionando novas atividades econômicas com a utilização de novos aportes tecnológicos e/ou refinamento de seus atributos físico-naturais, contabilizados na perspectiva da agroexportação ou incorporados na circulação de mercadorias na plataforma comercial.

As características da sociedade e do espaço geográfico, em um dado momento de sua evolução, estão em relação com um determinado estado das técnicas. Assim, para que se entenda atual configuração espacial no município de Petrolina/PE buscou-se a construção de um estudo do estágio de desenvolvimento técnico e tecnológico deste território.

Diversas peculiaridades constituem o substrato²³ do espaço petrolinense. Os processos de produção e reprodução do espaço se configuram de forma múltipla, pois, enquanto há grandes extensões de terra em que ocorre um intenso uso de

²¹ "O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá" (Santos,2008).

²² No caso das cidades médias nordestinas/pernambucanas no período nos últimos 40 anos, observa-se que o desempenho demográfico de Petrolina/Juazeiro (4,75% a.a.), é diferenciado das cidades de Garanhuns (2,76% a.a.) e Caruaru (1,94% a.a.), inferiores à média urbana nacional (3,67%a.a.), o que demonstra que o processo de desconcentração metropolitana no interior do estado de Pernambuco não foi significativo se comparado com outros estados brasileiros.

²³ "A idéia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa idéia também supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações". (Santos, 2008).

técnicas e tecnologias avançadas para a irrigação (cultivo de frutas tropicais), e correção dos solos, por exemplo, existem também áreas em que a agricultura familiar é praticada como no início da década de 70 do século passado.

Com os investimentos e as políticas de desenvolvimento implantadas a partir do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), o município se inseriu em um quadro de (re)estruturação espacial, uma vez que houve a instalação de grandes empresas (foto 10), formação do Complexo Agroindustrial do Médio São Francisco, entre outros empreendimentos. A base do II PND era o desenvolvimento do setor primário, a partir da inserção de metodologias e práticas inovadoras de alta tecnologia direcionada para o agronegócio exportador. Por complexo Agroindustrial entende-se como

o ponto de partida, uma determinada matéria-prima de base que, através da integração técnica intersetorial entre indústria de insumo agrícolas, produção agropecuária e agroindústrias processadoras, é transformada em diferentes produtos finais. Nesse processo produtivo, os vínculos intersetoriais revelam relações de dominação técnica, econômica e financeira do segmento industrial sobre os segmentos agrícola do complexo. (Silveira, 2007)



Foto 10: Indústria associada ao setor primário de Petrolina (*packing house*).
Fonte: Michel Saturnino Barboza, 2008.

Dessa forma, a tecnologia enquanto um conjunto complexo de técnicas, artes e ofícios capazes de modificar/transformar o ambiente natural, social e humano (cognitivo), em realidades construídas artificialmente, gera resultados a partir dos quais se pode afirmar que a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas (Castells, 2003), como verificado no trabalho no cultivo da uva (ver mapa abaixo), colheita, armazenamento, distribuição para a exportação, e produção de vinhos.

Em um processo acelerado de modernização tecnológica capaz de mudar o destino da economia, acentuam-se no espaço municipal as inovações tecnológicas na produção, embalagem, empacotamento e logística de distribuição dos produtos agrícolas. No que concerne aos papéis dessas inovações implantadas na fruticultura que transformaram este município, onde anteriormente identificava-se a ausência de uma projeção nacional e internacional, na atualidade se configura como o segundo maior produtor de vinhos finos do Brasil, assim como no grande produtor de uvas (figura finas de mesa (93% do total exportado em 2003) e mangas (120 mil toneladas exportadas em 2003), segundo dados da empresa VALEXPORT e da INFRAERO.

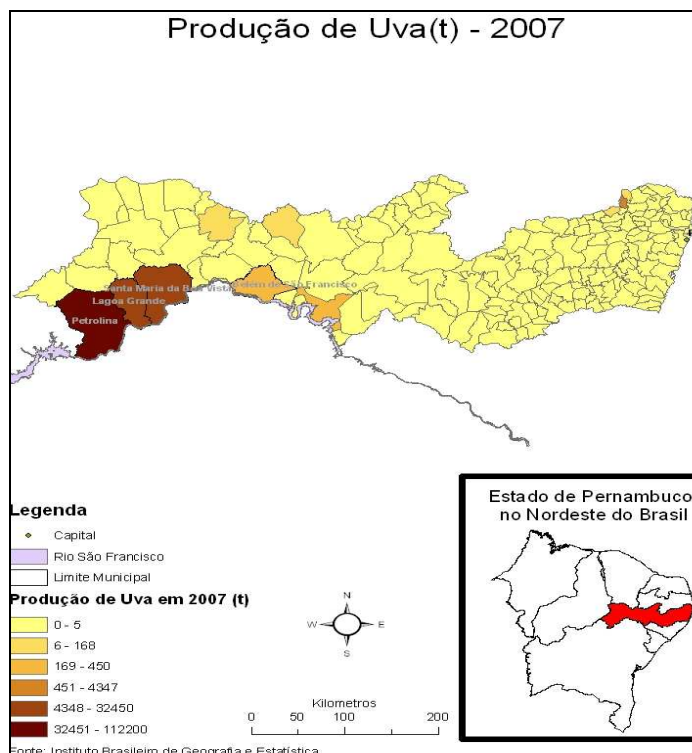


Figura 08: Produção de Uva (t) 2007.
Fonte: IBGE, 2007; GRAF.Dirceu Cadena, 2009.

Em Petrolina constatou-se que a rede do sistema de transportes (rodoviário, aeroviário e fluvial) é fator essencial para a inserção de Petrolina na economia global. A malha viária corresponde à lógica das redes e assim resultante das diferentes territorialidades dos transportes, dos perímetros irrigados e da produção do espaço urbano, como exemplo.

As redes, “conjunto de nós interconectados” encurtam as distâncias físicas, aceleram as transformações financeiras, flexibilizam a produção, enfim, são o novo paradigma da tecnologia da informação. Este “encurtamento de distâncias”, aliado as novas tecnologias, permite a exportação de uvas para a Europa, Japão e Estados Unidos segundo o representante do Ministério da Agricultura em Petrolina. Isso graças, principalmente, a ampliação do Aeroporto de Petrolina – Senador Nilo Coelho.



Foto 11: Aeroporto de Petrolina - Senador Nilo Coelho.
Fonte: Michel Saturnino Barboza, 2008.

Atualmente, o terminal de passageiros aeroportuário apresenta uma capacidade de atender 150 mil pessoas por ano, segundo informações da Infraero. Conta com a segunda maior pista de pouso e decolagem do Nordeste. Investimentos realizados no ano de 2004 ampliaram a pista em 250m, permitindo assim a operação de aviões de maior porte, como o Boeing 747-400 – que tem capacidade de transportar até 110 toneladas de mercadorias em sua versão cargueira.

Esta expansão permite uma maior autonomia de voo, sendo possível viagens sem escala para cidades como Nova York, Londres e Paris. Este cenário barateia o custo com transporte e impulsiona a exportação de frutas direta para os mercados consumidores. Concomitante a isso, o aeroporto detém de uma infra-estrutura totalmente apta para atender o armazenamento de bens perecíveis, uma vez que há instaladas seis câmaras frigoríficas, que apresentam uma capacidade total de 102.000 caixas. Dois túneis de resfriamento, docas e uma antecâmara, que evita

que as frutas sofram choque térmico ao sair da temperatura ambiente (média anual 25,7 °C), para as câmaras frigoríficas (temperatura média entre -2 e 8°C).

Os principais itens exportados terminal de cargas (TECA) de Petrolina são: mamão, manga e uva. Em duas operações semanais o Boeing 747-400 da Cargolux liga a cidade sertaneja a Luxemburgo, após passar pelos aeroportos de Curitiba e Campinas. De lá, os principais destinos são: Alemanha, França, Portugal, Holanda, Inglaterra e Luxemburgo.

As ações do Estado, como a instalação de grandes projetos de irrigação no sub-médio São Francisco, colaborou com as condições para uma produção permanente no semi-árido. Estes investimentos refletiram em oportunidades de emprego na região, atraindo migrantes de várias partes do Nordeste e de outras regiões do país²⁴.

No que se refere a estrutura do trabalho em sua forma de emprego, no município de Petrolina, a produção de frutas emprega um trabalho assalariado permanente e/ou temporário²⁵, onde o pagamento varia de acordo com as normas dos produtores, podendo, assim, ser efetuado mensalmente, quinzenalmente ou diariamente. No entanto, nas médias e pequenas propriedades, as quais correspondem a cerca de 60% das fazendas que produzem uva e vinho, as leis trabalhistas são menos aplicadas, evidenciando os contrastes sócio-econômicos que ocorrem na região.

Os empresários se beneficiam, em grande parte, de uma oferta de mão-de-obra barata e não-especializada, determinando as relações de trabalho na produção.

²⁴ Não se trata aqui, em maior parte dos casos, de mão-de-obra qualificada e / ou direcionada aos aparatos tecnológicos empregados, e sim no que tange às oportunidades de emprego e fixação do sujeito junto à terra.

²⁵ Uma parcela desses trabalhadores têm uma relação especial com a terra: apesar desta já ser mercadoria e ser usada para produzir mercadorias, ela ainda constitui o seu "laboratório natural de trabalho", uma vez que daí se extrai parte da subsistência da família. (Silva, 1981)

Deve-se destacar que essa mão-de-obra está sujeita aos trabalhos temporários, em função da época da colheita. As migrações tornam-se mais intensa no período de estiagem, época essa em que a região se torna mais atrativa devido à redução na produção das lavouras de subsistência nas áreas periféricas ao complexo agroindustrial de Petrolina (PE).

A demanda do mercado vem determinando mudanças na produção de frutas em Petrolina, advindo do emprego de novas técnicas de produção, de mão-de-obra qualificada, entre outras medidas. Para garantir uma maior competitividade, os empresários vêm empregando atividades terceirizadas na produção, onde os técnicos especializados passam a oferecer serviços para a lavoura, em consultorias agrônomas, no marketing, etc.

Segundo documento divulgado pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento (1997), o cultivo da uva no Nordeste surge como a que mais gera empregos entre diversas culturas, com cerca de 5,0 empregos/ha/ano. No entanto, ao se ir a campo e analisar os parreiras é possível observar que o número real de trabalhadores encontra-se hoje entre 2,0 e 3,0 por ha/ano. Isto se deve a modificações na base técnica da produção como, por exemplo, a utilização de sistemas automatizados de irrigação, novas formas de manejo, diferentes métodos de organização do trabalho, dentre outros.

Assim, o complexo agroindustrial de Petrolina ocupa uma posição de destaque na produção de frutas no âmbito nacional e internacional. Entretanto, os contrastes socioeconômicos são evidentes, decorrente de um excedente de mão-de-obra de baixa qualificação que migrou em massa para a região, atraída pela perspectiva de melhores condições de vida em relação às áreas de origem; e da

tendência de mercado a um novo padrão tecnológico que exclui o trabalho humano de determinadas partes do processo produtivo.

4.3 – REVISITANDO PETROLINA E JUAZEIRO

As modificações experimentadas pelo município de Petrolina resultam em uma reestruturação nos vetores socioeconômicos, referentes aos investimentos ligados, dentre outros, à agroindústria, agricultura irrigada, a prestação de serviços, comércio varejista e atacadista, conforme ilustrado na foto 11.



Foto 12: Mercado do Produtor em Juazeiro/BA..
Fonte: Michel Saturnino Barboza, 2008.

O estágio técnico de Petrolina reflete sua conjuntura sócio-econômica, uma vez que a cada técnica criada, uma nova dinâmica é estabelecida sobre o seu espaço. Atualmente, tem-se presenciado o estabelecimento da técnica da

informação (Santos, 2001). Essa nova realidade tem propiciado a simultaneidade das ações e fluxos dando uma nova racionalidade ao espaço geográfico.

Em Petrolina a instalação de câmeras de segurança nos principais pontos da cidade, por exemplo, segue essa lógica da racionalidade dos espaços, uma vez que as imagens coletadas garantem uma maior velocidade na geração das informações acerca do intra-urbano e possibilitado diferentes ações por parte do poder público local. Nessa perspectiva, nos últimos meses vêm sendo constatada uma qualificação dos serviços de segurança pública, através da entrega de novos equipamentos para as Polícias Civil, Militar e Guarda Municipal e da implantação dos sistemas de monitoramento das ruas por câmeras. Essa é a lógica das infra-estruturas que muitas vezes não condiz com as lógicas de bem estar da sociedade.

Com a unicidade das técnicas, o conceito de mais-valia²⁶ contribui para a compreensão da aceleração do processo de internacionalização, onde

“agora, tudo se internacionaliza: a produção, o produto, o dinheiro, o crédito, [...], Esse conjunto de mundializações, cada qual sustentado, arrastado, ajudando a impor a outra, merece o nome de globalização” (Santos, 2008, p.204)

Segundo Singer (1997), tanto a internacionalização, quanto a sua forma recente, a globalização, não passam de manifestações de um fenômeno mais importante: a ampliação de mercados. O que remete ao próprio nascimento do capitalismo e, mais longinquamente, ainda, à expansão da civilização européia, a

²⁶ Lefebvre (2001) traz em sua obra uma releitura dos escritos de Marx relacionados à produção e suas relações na cidade, assim como a formação e distribuição da mais-valia. A mais-valia é na realidade o lucro. “O dinheiro, elevado à condição de capital, se investe; o trabalho, colocado assim em movimento, produz mercadorias; essas mercadorias devem se converter em dinheiro, isto é, vender-se, para que haja lucro” (LEFEBVRE, Henri.2001.p.137.b.). Assim, tudo o que é produzido detém um preço, é estimado em dinheiro. A mais-valia é formada na unidade da produção e está presente em muitos níveis, do trabalhador, da empresa, e ao nível da sociedade como um todo. Para a sua realização é necessário “primeiro um mercado, e em seguida, um sistema de crédito, de desconto, de transferências de fundos, que permita que o dinheiro (moeda) completar plenamente sua função; parâmetros de valores de troca, circulação das mercadorias, meios de pagamentos”. (LEFEBVRE, Henri.2001.p.147.b.)

partir do final do século XV. A novidade é que, nos dias atuais, esse processo se desenvolve em um ritmo acelerado, decorrente das novas tecnologias de comunicação.

Com isso, o empresário compra a matéria-prima em qualquer parte do mundo (onde ela se apresente de melhor qualidade e menos dispendiosa), instala a sua empresa em locais onde a mão-de-obra se revela, também, como sendo a mais barata, e vende o seu produto a preços competitivos para o mundo inteiro. No caso da agricultura moderna, os conflitos surgem à medida que se aumenta a desigualdades sociais e financeiras, pois, ainda se mantêm bases latifundiárias mesmo com as propostas de criação de lotes para pequenos e médios produtores nos projetos de irrigação.

O lamento de Andrade (1976) reflete uma questão primordial na produção rural, quando ele afirma que

Apesar do Estatuto da Terra patrocinar uma política de colonização que procura criar propriedades familiares a fim de fixar o homem ao campo, naquelas áreas que estão sendo abertas à colonização e o PROTERRA²⁷ procura desmembrar os latifúndios improdutivos, através da divisão em propriedades médias e pequenas, nas áreas de velho povoamento e de tensão social, visando a criar pequenas propriedades e a fixar o agricultor à terra, esse dinamismo é bem menos intenso que o da grande propriedade empresarial que se instala em novas terras, muitas vezes beneficiadas com o desbravamento feito pelo pequeno agricultor que enfrenta a floresta e amplia a área cultivada. (Andrade, 1976.p.150)

Nos projetos de irrigação constataram-se relatos de que muitos agricultores comercializaram suas terras adquiridas pelos programas de colonização e implantação de perímetros irrigados. Os insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, sistemas de crédito, de assistência técnica, o transporte, a

²⁷ O PROTERRA continha duas linhas principais: a compra e desapropriação de terras e a concessão de créditos a juros subsidiados pelo Governo. Esse programa visava implantar projetos agrícolas com sentido empresarial e também financiar a longo prazo e com juros baixos os projetos agropecuários, a expansão da Agroindústria e a expansão da importação. (Albano, 2008.p.49)

comercialização da produção, servem de base à cadeia produtiva que envolve a fruticultura irrigada do município de Petrolina. Essas inovações absorvem investimentos que estão ligados ao mercado externo, que se utiliza das condições favoráveis locais para lucrar sobre a produção.

Nesse processo de modernização da agricultura (foto 12), verificou-se que a partir desse evento, houve uma facilitação de circulação de pessoas e mercadorias, que contribui para o enfraquecimento da agricultura de subsistência e aumentando a agricultura comercial, no momento em que as grandes empresas adquirem uma grande gleba e começa a colonização, buscando a obtenção de lucros simultâneos, através de um desenvolvimento de uma série de atividades. (Andrade, 1976).



Foto 13: Perímetro irrigado do Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho.
Fonte: Michel Saturnino Barboza, 2008.

Os sistemas das *packing houses* é um exemplo de inovação técnica que compõe parte da rede de produção que tem como objetivo o de aumento da

produtividade. Visa em Petrolina garantir a adequação do produto as exigências do mercado consumidor externo, principalmente os Estados Unidos, União Européia e Japão, e ampliar assim seu mercado consumidor.

De acordo com informações municipais, os investimentos em torno de R\$ 390 mil para a aquisição de máquinas e R\$ 96,00 mil para o gerenciamento dos *Packing Houses*, que serão instaladas nos núcleos 4 e 6 do Projeto Senador Nilo Coelho, no Bebedouro e no Maria Tereza, com o intuito de ampliar a produção dos pequenos e médios produtores de culturas exportadoras.

Esses investimentos visam baratear os custos de produção dos pequenos produtores dos projetos de irrigação em que outros momentos, utilizavam o serviço de empacotamento e conservação de empresas particulares. Segundo informações da secretaria de agricultura de Petrolina (2007), o município conta com o funcionamento de doze *packing houses*, sendo oito particulares e 4 funcionando nos projetos de irrigação.

Atualmente, instituições como o SEBRAE presta assistência na produção, comercialização e participação em missões, rodadas de negócios e caravanas, nesse contexto empresas privada procuram oferecer assistência ao pequeno e médio agricultor, como é o caso da empresa *Niagro*.

A produção de frutas em Petrolina é destinada a atender, sobretudo o mercado consumidor externo. Visando a maior qualidade, durabilidade, a garantia alimentar e a redução de desperdícios dos frutos produzidos, tem-se uma série de *packing houses* implantadas nos perímetros irrigados do Vale, especialmente o Perímetro irrigado Senador Nilo Coelho e o Projeto Bebedouro. Os *packing houses* perfazem pouco mais de 160.000m² em área construída no pólo Petrolina/ Juazeiro (CODEVASF, 2009).

Desta forma, as empresas e informações globais funcionam em redes e tornam-se móveis. As redes tomadas como:

uma forma de organização espacial, ou mais especificamente, como uma forma de organização espacial que expressa, simultaneamente, a condição e o resultado de uma racionalidade técnica, econômica, informacional e normativa, mas também da dinâmica social e política, historicamente dadas (Silveira & Santos, 2006, p. 227).

São através delas que as empresas se articulam para reduzirem o tempo e as distâncias impostas e também por onde circula a informação. Manuel Castells (2003) entende essas articulações como um conjunto de nós entrelaçados, que tem a capacidade de expandir-se integrando outros novos e mantendo assim um fluxo de relações jamais visto.

É através dos seus nós, da sua propriedade de conexão, que as redes tendem tanto à integração quanto a exclusão sócio-espacial, à promoção da ordem ou não. As redes surgem das condições impostas pela circulação crescente de produtos e informações e que a conexidade por ela criada “viabiliza exatamente essas duas estratégias circular e comunicar” (Dias, 2001, p. 147).

Os objetos técnicos não se localizam de forma homogênea sobre o espaço, essa heterogeneidade (em unidades territoriais) das técnicas aliada ao avanço da ciência contribui para uma especialização e racionalidade extrema. Permite a formação de centralidades que colaboram para que ocorram as decisões em nível global, constituindo a hierarquia entre centros, e responde ao lema que rege o atual mundo globalizado, a competitividade das formas de produção. Por outro lado, a atuação das empresas internacionais atuam de modo a influenciar na decisão dos cultivos e associado a essa circunstâncias as produções deverão atender as certificações estrangeiras.

Seguindo essa nova racionalidade, a competitividade é um dos principais fatores que tem levado a instalação de uma agricultura científica. Nos últimos séculos a mecanização do espaço geográfico tem levado a uma considerável mudança à atividade agrícola, onde “se instala uma agricultura propriamente científica, responsável por mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto à vida de relações” (Santos, 2001, p. 88).

Uma considerável produção de bens (sementes, fertilizantes, pesticidas, insumos) e técnicas agrícolas foram criadas para atender a demanda da agricultura globalizada. Têm-se tido um aumento exponencial na quantidade produzida em relação à superfície plantada, resultando do processo de racionalização sobre as fases da produção agrícola, a plantação, a colheita, o empacotamento, o transporte e comercialização.

O poder público contribuiu para a ampliação e modernização da atividade da fruticultura irrigada em Petrolina, de acordo com seus interesses frente a expansão da internacionalização dos produtos agroindustriais. Assisti-se a um aumento da infra-estrutura logística em instrumentos de viabilização da exportação das frutas produzidas, tendo em vista o elevado potencial e o direcionamento da produção para a exportação. Contrapondo-se a essa lógica e com base na função social das empresas e instituições que participaram diretamente dos processos de formação econômico e territorial de Petrolina, Andrade Neto(2000), afirma que,

O que em regra se observa até hoje no resultado das políticas de perímetros irrigados efetivadas pelo DNOCS e pela CHESF/CODEVASF é que favorecem as médias e grandes empresas e sobretudo, ao capital agroindustrial, a quem não interessa o ônus da produção agrícola, o seu risco, daí o que se vê é que a maior parte das terras desses perímetros são destinadas as empresas de médio e grande porte e aquelas destinadas a pequena produção, cuja a maior área está no Projeto Nilo Coelho, estão atreladas aos ditames do capital agroindustrial. (Andrade Neto, 2000.p.07).

Essa crítica se configura importante frente aos alçozes da Globalização e da reprodução do capital nos diferentes territórios, como forma de propor um contexto diferente dos que a agricultura moderna, científica e exportadora vem apresentando quanto a lógica exportadora.

A EMBRAPA semi-árido e a CODEVASF, por exemplo, têm atuado nesse sentido. Elaboram as ações junto aos produtores para a constituição de novas técnicas a serem empregadas na produção. A técnica se utiliza da condição do ambiente (semi-árido) para produzir o ano todo, favorecendo a colheita do fruto no momento em que o mercado estiver favorável. Ela explica em parte, o sucesso de Petrolina no cenário nacional e internacional como produtora de frutas.

Essa reestruturação produtiva, especialmente daqueles produtos direcionados a exportação, e a crescente especialização desses espaços agrícolas têm

sido possibilitadas, principalmente, por meio da ampliação da industrialização da agricultura e da integração de capitais (agrário, comercial, industrial e financeiro), através da criação e consolidação, nesse período, dos chamados complexos agroindustriais (Silveira e Santos, 2006,p.75).

Essas mudanças são verificadas com maior ênfase em cidades com esse tipo de gestão territorial, pois nestas, a teia das relações desenvolvimentistas apresentam-se cada vez mais complexas, ora revelando diferenças no tecido urbano e social, ora ofuscando a falta de articulação e organização em dimensão governamental, funcionando como uma espécie de paradoxo territorial²⁸.

²⁸ Dentro da política nacional de planejamento urbano (PNDU), iniciada na década de 70, buscaram-se parâmetros para a análise da evolução sócio-econômica e espacial das cidades médias, do seu papel no planejamento urbano e regional. O aprofundamento de critérios de análise do crescimento das cidades médias e o respectivo significado funcional para o seu entorno está influenciando na relaboração de novos trabalhos.

O município de Petrolina, segundo Bacelar (1997) tem despontado como um oásis no deserto. As características *edafoclimatobotânicas* foram essenciais para o desenvolvimento da fruticultura e a hortifruticultura.. A adaptabilidade às condições locais fez com que a sua produção se tornasse uma das mais relevantes do País.

O aprofundamento de critérios de análise do crescimento das cidades médias e o respectivo significado funcional para o seu entorno tem-se constituídos um conjunto de representações significativas para o entendimento do espaço urbano não metropolitano, por exemplo.

Esses critérios acrescidos de uma análise pormenorizada da inserção da tecnologia no processo produtivo e de como ela está influenciando na reelaboração dos territórios produtivos deverão convalidar a estrutura de novos trabalhos, devendo ser ampliados e aperfeiçoados.

4.4 – CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL E OS SISTEMAS DE OBJETOS

Os principais equipamentos industriais e/ou de tecnologia avançada estão alocados na produção de frutas certificadas e especialmente destinadas ao mercado externo. Observa-se a concentração de investimentos atrelados ao mercado externo, insumo necessário para que o processo de reprodução espacial ganhe fôlego novo, em especial na escala da mundialização. Segundo Bacelar (1997), em 15 anos, aproximadamente, as áreas com fruticultura irrigada em Petrolina aumentaram de aproximadamente 8 mil para 55 mil toneladas e a exportação cresceu em torno de 4,8%.

Uma série de empresas com diversas finalidades técnicas encontra-se instaladas na cidade de Petrolina. A quantidade de estabelecimentos e produtos para a agricultura e pecuária na cidade é considerável. Vale citar a Agranvil, Del Nature e a JC Agrícola; sistemas de irrigação também são representativos, a Agro-Forti, Irrivale e São Francisco irrigações são exemplos de empresas destinadas a atender as necessidades da produção de frutas em Petrolina.

O agronegócio desenvolvido em Petrolina concentra-se sobre a produção/exportação da manga, uva e vinhos sendo uma grande quantidade de capital direcionado a instalação de toda a infra-estrutura para atender ao agronegócio (insumos) e a translocação da produção. O transporte rodoviário é o principal meio por onde é escoada a produção de frutas e de vinhos até os principais portos regionais, localizados em Salvador, Recife e Fortaleza de onde seguem para o mercado externo, principalmente o americano e europeu.

Assim, pode-se verificar o nível de relações estabelecidas a partir do estudo do IBGE, denominado de Regiões de Influência das Cidades 2007, onde a cidade de Petrolina caracteriza-se pelos critérios das Áreas de Concentração Populacional (ACP)²⁹, de forma, que podemos observar na figura 08, algumas das diversas relações de influências.

²⁹ Para as cidades que constituem grandes aglomerações urbanas, a unidade de observação foi o conjunto da Área de Concentração de População - ACP ou de suas sub-áreas. As ACPs são definidas como grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo. As ACPs se desenvolvem ao redor de um ou mais núcleos urbanos, em caso de centros conurbados, assumindo o nome do município da capital, ou do município de maior população. (REGIÕES de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.p.11.)

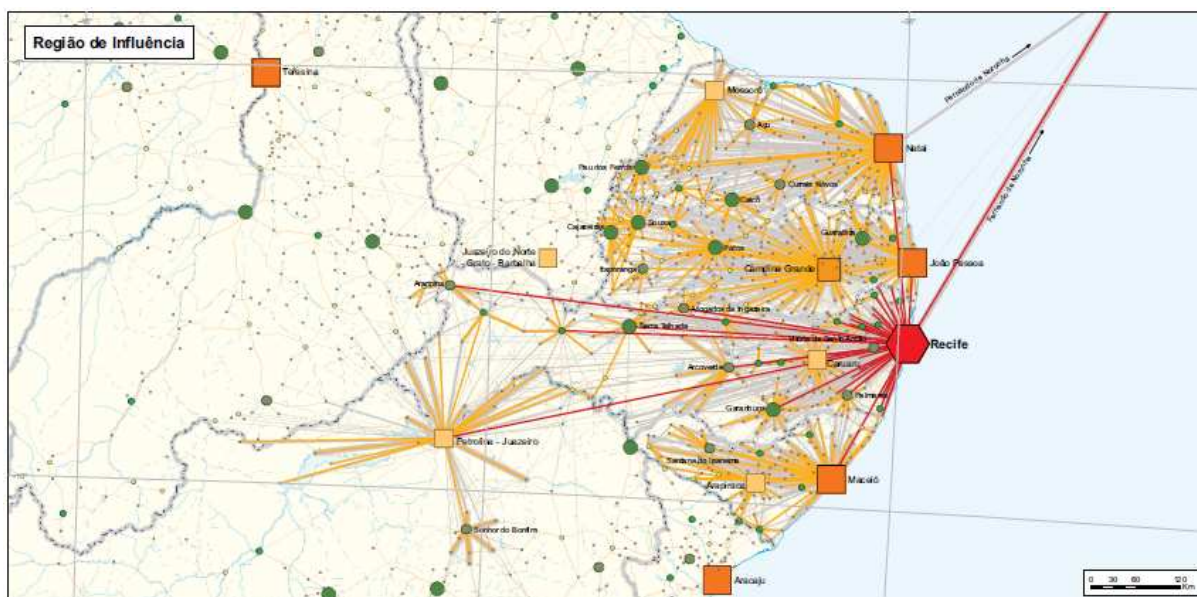


Figura 09: Região de Influência da Cidade do Recife.
Fonte: REGIC, 2007.

O porto de Petrolina que tem uma estrutura com 25 x 40 metros de dársena, rampa com 13 metros de largura, cais parâmetro vertical com 58,5 x 20 metros e um armazém com uma dimensão de 2000 metros² aproximadamente, é composto por dois cais que são utilizados no embarque e desembarque de mercadorias.

O aeroporto Senador Nilo Coelho localizado na cidade de Petrolina, passou por reformas e opera com o tráfego de pessoas e também de cargas para os países consumidores das frutas que são produzidas na região do Vale do São Francisco.

A cidade de Petrolina constitui-se como uma centralidade regional. Detém uma infraestrutura que atende à população local e mantém um fluxo de relações também com o seu entorno, constituindo-se num verdadeiro agente difusor dos bens e serviços na região. Essa cidade pólo é indispensável para a produção de frutas na região, pois, há na cidade toda uma oferta de serviços e informações especializadas ligada à atividade agrícola do município e de sua hinterlândia.

Faz-se presente na cidade, um conjunto de empresas comerciais, especializadas em insumos agrícolas, fertilizantes, produtos farmacêuticos, e

veterinários, assim como a oferta de cursos profissionalizantes que visam à capacitação da mão-de-obra.

Pela sua distribuição, tais serviços conferem à cidade de Petrolina uma dinâmica sócio-espacial diferenciada e recente. As casas de venda dos insumos agrícolas garantem um maior fluxo de pessoas na cidade, uma vez que o agricultor se desloca hoje com maior frequência para adquirir esses novos instrumentos técnicos para sua produção.

A presença dos cursos técnicos e superiores tendem a concentração de profissionais especializados na cidade em relação ao seu entorno, muitos destes tem constituído residências na cidade e ampliado à demanda por outros serviços. A ampliação no número de condomínios construídos, clubes, casas de shows, escolas de alfabetização, posto médico, supermercados, shopping é observado em Petrolina.

Assim, a cidade se constitui num centro que absorve recursos e pessoas, apresenta uma densidade demográfica de 47,9% hab/km² e uma taxa anual de crescimento demográfico de 3,4% (1991-2000). (Perfil municipal de Petrolina, 2005 CONDEPE/FIDEM). Sem dúvida, é um espaço de residências dos funcionários da administração pública e cidade atrativa para estudantes que são atraídos devido ao incremento da instalação de instituições de nível técnico e superior, de trabalhadores temporários atraídos pela possibilidade de encontrar trabalho (precarização do seu trabalho), e por uma parcela considerável de pessoas oriundas dos municípios vizinhos que vão a Petrolina em busca de atendimento médico, sobretudo.

Essa intensificação no número de estudantes e profissionais de saúde vindos de toda a região semi-árida e também de outros centros urbanos como Recife,

Fortaleza ou Salvador, devido ao incremento da instalação de instituições de ensino de nível técnico e superior.

No que corresponde a materialidade das instituições de nível técnico e superior no pólo Petrolina/Juazeiro, a cidade de Petrolina conta com três unidades de ensino superior, sendo elas: a FACAPE³⁰ (Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina), a UNIVASF³¹ (Universidade Federal do vale do São Francisco) e a FFPP³² (Faculdade de Formação de Professores de Petrolina, UPE) somados ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (CEFET-PE)³³. O município de Juazeiro conta com uma unidade de ensino superior, a Faculdade São Francisco de Juazeiro (FASJ)³⁴ e com um campi da UNIVASF.

A oferta de cursos profissionalizantes visa à capacitação da mão-de-obra presente (técnicos em alimentos e bebidas; automação; programas pneumáticos e de mecânica de automóveis, por exemplo) para atender a demanda do agronegócio.

As áreas próximas às instituições de ensino e clínicas hospitalares surgem como novas frentes para a especulação imobiliária, aquecendo o mercado da construção civil e impulsionando o preço do metro quadrado do solo. Essas novas

³⁰ Graduação: Administração, Ciência da computação, Ciências contábeis, Comércio Exterior, Direito, Economia e Turismo. Os cursos de Especialização em Controladoria e Engenharia de Software.

³¹ No Campus de Petrolina os cursos de Administração, Enfermagem, Medicina e Psicologia. Conta também com dois cursos de Mestrados em Juazeiro: Ciência dos Materiais e Ciência Ambiental. Entre os biênios de 2009-2010 serão implantados em Petrolina os cursos de Ciências Farmacêuticas, Ciências da Atividade Física e Agronomia e Ciências Biológicas.

³² Curso de Graduação em Letras, Ciências-habilitação em Matemática e habilitação em Biologia, Matemática, Ciências Biológicas, História, Geografia e Pedagogia. Uma considerável oferta de cursos de especialização tais como: A Linguística e o Ensino de Português, Planejamento da Gestão Escolar, Metodologia do Ensino Superior, Gestão de Recursos Humanos, Leitura e Produção de texto, Educação Ambiental, Educação Infantil, Psicopedagogia, Programação de Ensino em: Matemática, Pedagogia, Português, Geografia, Biologia, História e Inglês.

³³ O centro tecnológico oferta os cursos superiores de Tecnologia em Vinicultura e Enologia, Licenciatura em Química, Tecnologia em Fruticultura Irrigada, Licenciatura em Física e Tecnologia em Alimentos de Origem Vegetal. Entre os cursos integrados têm-se os de Químicas, Eletrotécnica e Edificações. Por fim, a oferta de curso subsequente em Zootecnia, Turismo, Informática, Eletrotécnica, Edificações, Agroindústria e Agricultura.

³⁴ Graduação: Administração, Ciência da computação, Ciências contábeis, Comércio Exterior, Direito, Economia e Turismo. Os cursos de Especialização em Controladoria e Engenharia de Software.

dinâmicas vêm garantindo a Petrolina às expansões de sua malha urbana e o aparecimento de novas centralidades na cidade.

Devido ao maior número de pessoas circulando na cidade, a malha urbana passa por um processo de expansão, a partir do Centro para outros bairros próximos. São nesses “novos” espaços que o mercado imobiliário tem em mente como estratégia de negócio fazer uso do incremento urbano para a especulação futura dessas áreas, tendo já iniciado a construção de condomínios particulares nesses bairros.

A Orla da cidade desenvolve-se como uma centralidade singular devido à proximidade e possibilidade de uso fruto do rio São Francisco. Esta área nobre da cidade é marcada pela presença de uma gama de serviços como hotéis, restaurantes, escolas, parques, pista de Cooper, caixas eletrônicos, dentre outros; que contribui para uma grade valorização do solo.

Em bairros como Vila Mocó, Caminho do Sol, Colina Imperial e algumas áreas do bairro Paulinhas o mercado imobiliário tem como estratégia de negócio fazer uso do incremento urbano para a especulação futura destas áreas, iniciando já com a construção de condomínios particulares nestas áreas. Desta forma, identifica-se uma expansão urbana tendendo mais a direção Leste da cidade.



Foto 14: Comércio de artigos para o lar usado, típico das “novas” periferias petrolinense.
Fonte: Michel Saturnino Barboza, 2008.

No entanto, esses bairros, antes populares, que foram dando lugar a grandes condomínios particulares, chácaras, edifícios, casarões, dentre outros, contribuem para a saída da população de baixa de renda para a constituição de uma periferia (ver foto 13). Como resultado desse processo tem-se a intensificação de processos análogos a da favelização no espaço urbano.

Petrolina detém uma parcela considerável de serviços de saúde especializados que atende tanto à população local quanto à sua hinterlândia. A Policlínica Municipal de Petrolina registrou no ano de 2007 mais de 73 mil procedimentos médicos hospitalares com atendimentos na área, sobretudo de pediatria, oftalmologia, urologia e cardiologia. A Clínica da Dor, que integra a Policlínica, é a única instituição pública do Nordeste que oferece serviços gratuitos para o tratamento da dor usando a acupuntura, fisioterapia, entre outros procedimentos.

Petrolina é ainda referência no tratamento da AIDS, através do Centro de Orientação e Apoio Sorológico, o programa municipal DST/AIDS, oferece exames que detectam o vírus HIV além do tratamento com suporte profissional. No território médico-hospitalar encontra-se o Centro de Especialidades Odontológicas, o Centro Auditivo de Petrolina, o Hospital Dom Malan, que atende pelo SUS, é sendo referência regional, pois, presta assistência em diferentes complexidades para a população da região.

Esses migrantes que chegam à Petrolina, na grande maioria não dispõem de renda para se abrigarem, algumas delas são encaminhadas pelo próprio hospital à Casa Santo Expedito, uma espécie de lar, que presta uma assistência residencial e alimentícia por um tempo determinado.

Assim, a cidade de Petrolina se redesenha com novas dinâmicas e funções. Cresce em função da prestação de serviços a uma população pendular. A cidade de Juazeiro acompanha os processos urbanos e Petrolina paralelamente, Essas cidades se complementam e assumem a função de agente difusor destes serviços na região.

4.5 - CONTEXTUALIZANDO A RELAÇÃO: PETROLINA E JUAZEIRO

Nos últimos anos Petrolina vem passando por um processo de reestruturação sócio-econômico relativo aos investimentos ligados dentre outros, à agroindústria, a agricultura irrigada, a prestação de serviços, comércio varejista e atacadista.

O município de Juazeiro, na Bahia, de certa forma acompanha o crescimento socioeconômico de Petrolina. Estes municípios se articulam em uma gama de

relações de fluxos de pessoas, mercadorias e serviços constituindo-se numa centralidade regional. Portanto, é fundamental a análise das informações referentes a tais cidades para a compreensão das relações entre Petrolina/Juazeiro.

Petrolina concentra uma diversidade de serviços que atende não apenas a população local, mas também o seu entorno, estabelecendo uma dinâmica sócio-espacial totalmente complexa. Estas relações têm contribuído para a construção de residências na cidade e ampliado, conseqüentemente, à demanda por atividades terciárias.

O River Shopping em Petrolina, exemplifica as centralidade exercidas pelas atividades especializadas na cidade. É o único centro de compras nesse moldes da região e converge para o seu interior a população de Petrolina que busca consumir seu espaço, ora com compras, ora por práticas de lazer.

Há uma série de empresas com diversas finalidades técnicas instaladas nas cidades de Petrolina e Juazeiro, empresas estas, que visam atender as necessidades que envolvem a produção de frutas, hortaliças, sementes e ao agronégocio. A quantidade de estabelecimentos e produtos para a agricultura e pecuária é de 49 estabelecimentos em Petrolina e 24 em Juazeiro.

O número de unidades de assessoria e pesquisa referentes à agricultura e a pecuária é representativo em Petrolina e indicativo de que tais atividades concentram os mais diversos equipamentos de tecnologia avançada referentes à produção agrícola e industrial que é destinada ao mercado externo. Destaca-se entre as diversas empresas a unidade EMBRAPA semi-árido (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

Uma série de empresas comerciais e de serviços foram identificadas e concentradas nessas cidades. No conjunto destacam-se, as lojas de adubos e

fertilizantes; estabelecimentos de máquinas agrícolas; lojas de tratores e de concertos e peças; empresas de produtos farmacêuticos e veterinários; e sistemas de irrigação.

Essas cidades são indispensáveis para a prestação de serviços de saúde tanto para a população local, quanto para a parcela considerável de pessoas oriundas de municípios vizinhos que vão a estas cidades em busca de atendimento médico.

O município de Petrolina³⁵ apresentou melhoras em todos os segmentos observados na análise do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2000 se comparado ao ano de 1991. O Brasil e o Estado de Pernambuco também apresentaram melhoras entre estes dois períodos. No entanto, os resultados apresentados pelo Estado mostraram-se inferiores ao observado pelo município em análise.

O IDH- M do Brasil³⁶ foi em 1991 0,696, enquanto que em 2000 esse índice subiu para 0,766. Em Pernambuco variou entre 1991 e 2000, de 0,62 para 0,705, respectivamente, apresentando uma melhora de 0,085. O IDH-M de Petrolina para os mesmos períodos forma de 0,668 em 1991; passando para 0,747 no ano de 2000, correspondendo a um aumento de 0,079. O município de Juazeiro apresentou melhoras no IDH-M entre os anos de 1991e 2000 passando de 0,589 em 1991 para 0,683 em 2000. Pode-se atribuir o aumento dos índices apresentados aos últimos investimentos e políticas públicas engendradas no espaço urbano com intuito de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, mesmo, nesses espaços municipais estarem sofrendo com processos de favelização, por exemplo.

³⁵ Os valores relativos à Petrolina assim como ao Estado de Pernambuco foram coletados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil do IBGE.

³⁶ Todos os valores referentes ao Brasil foram extraídos do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

A taxa bruta de frequência à escola subiu 9,36 em Petrolina, de 71,51% em 1991 para 83,9% em 2000, segundo dados da Secretaria de Educação de Petrolina (2007). O Estado de Pernambuco, mesmo com os altos índices de crianças entre 08 e 14 anos fora das salas de aula, contou com uma taxa bruta de frequência à escola de 61,90% em 1991 para 79,49% em 2000. Estes valores exprimem conseqüentemente às melhoras registradas na taxa de alfabetização tanto em Petrolina quanto no Estado. Em 1991 a taxa de alfabetização em Petrolina era de 74, 54%, em 2000 essa taxa subiu para 82,3%, com melhora de 7,76%. O Estado tinha em 1991 uma taxa de alfabetização de 65, 65%, já em 2000 essa taxa passou para 75, 49%, com melhora de 9,84% (Seduc, 2001).

Desta forma, tem-se que o IDH-Educação registrado pelo Estado de Pernambuco assim como por Petrolina apresentaram resultados positivos como dado estatístico, mas ainda uma precariedade na educação pública é constatada em parcela do território pernambucano. O IDH-Educação registrado no Estado subiu neste mesmo intervalo de tempo para 0,0472; Petrolina apresentou uma variação de 0,735 em 1991 para 0,828 em 2000. Estes valores são resultados do aumento no número de instituições de ensino na cidade assim como no campo.

Em Juazeiro houve transformações significativas para todos os índices analisados referentes à educação. A taxa bruta de frequência à escola passou de 62,97% em 1991 para 81,39% em 2000. Conseqüentemente a taxa de alfabetização da população no município subiu 71,7% em 1991 para 79,5% em 2000. Assim, tem-se que o IDH-Educação no município cresceu 0,11%, de 0,69% em 1991 para 0,802 em 2000.

O IDH-Renda da população brasileira cresceu entre 1991 e 2000, de 0,681 para 0, 723, respectivamente. Pernambuco assim com Petrolina também apresentou

melhoras nos índices relativos à renda. No ano de 1991 o IDH-renda de Petrolina era de 0,658, no ano de 2000 esse índice subiu para 71,51. No Estado esse índice também subiu de 0,643 em 1991 para 61,904 em 2000.

Segundo dados do ultimo censo do IBGE, os brasileiros tem apresentado maiores índices de longevidade. O IDH-longevidade registrado em 1991 foi 0, 662, em 2000 esse índice subiu para 0,727. Pernambuco também apresentou dados crescentes quanto à longevidade. Em 1991 o índice era 0, 617, passando para 0,705 em 2000. Neste mesmo recorte temporal Petrolina avançou no IDH-longevidade de 0,659 em 1991 para 0,756 em 2000.

Em Juazeiro o IDH-renda da população subiu de 0,558 em 1991 para 0,635 em 2000. A longevidade em Juazeiro também subiu nesse período. Apresentou um IDH-longevidade de 0,521 em 1991 para 0,612 em 2000.

Dessa forma, os avanços nos indicadores de desenvolvimento humano demonstram os avanços significativos da forma de vida da população no âmbito social. A expectativa que esses avanços possam ser refletidos no mesmo ritmo para as demais perspectivas da maioria da população que pode ver seu cenário ser transformado, a parti da agroindústria exportadora e da modernização agrícola.

O brusco rompimento de uma tradição cultural, o costume da cultura de várzea, de beira-rio ou sequeiro com produtos destinados a subsistência, com os excedentes comercializados nas feiras locais, hoje praticamente inexistente e, ao mesmo tempo, foi imposto ao pequeno produtor um pacote de alto nível de tecnologia, de uma agricultura sofisticada voltada para o mercado, transformando-o do dia para a noite em proletários, a mercê dos interesses do grande capital (Andrade Neto, 2000.p.07).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se com o curso da exposição apresentar os importantes caminhos que conduzem as respostas, no sentido de possibilidade de análise, e que as questões tenham trazido um conjunto de diferentes questionamentos suscitados a partir das considerações dos usos dos territórios de Petrolina.

O município de Petrolina é a cidade do semi-árido pernambucano que apresenta dinâmicas muito peculiares frente as suas formas de produção e reprodução do espaço geográfico, a partir das práticas produtivas e das potencialidades físicas e naturais em seu território.

A necessidade de compreender a importância dos conceitos, como moderadores das diversas leituras histórico-geográficas, dos atores propulsores de intervenções significativas nas esferas da vida. Dessa forma, as relações de poder funcionam como intermédio às intervenções, seja, na esfera do Estado, das empresas, da sociedade e da cultura. Em Petrolina, os diferentes arranjos produtivos que se ampliaram a partir de dois contextos significativos, o nacional e o internacional, motivado por um Pós-II Guerra, repleto de novos símbolos e especialidades, na esperança da reconstrução, fez e ainda faz do município o grande espaço da contradição.

A contradição resultante das práticas capitalistas que inspirou Karl Marx em sua celebre obra, afirmando que “a forma de circulação na qual o dinheiro se transforma em capital contradiz as leis investigadas anteriormente sobre a natureza da mercadoria, do valor, do dinheiro e da própria circulação”. (Marx, 2008.p.186). Sendo assim, as assertivas vezes ressaltadas durante a análise da agroindústria

exportadora em Petrolina, faz com que se transformem tudo em mercadoria, e que a circulação possa ser produto e meio da contradição.

O território é a contradição, e por inúmeras vezes, se camufla atrás das relações de poder e de apropriação, onde a lógica de posse da terra, essa para os pequenos e médios agricultores, se perfaz distante, porém quando a lógica da terra se configura ao lado do agricultor petrolinense, o mercado se distancia e encarece, para a possibilidade de “informatização” das lavouras.

O conceito de território como principal categoria análise desse trabalho não se apresenta livre de trazer consigo um conjunto ampliado de significados e usos. Esse conceito que também se apresenta revestido de do *status* de categoria espacial muito importante para as ciências humanas e em especial à Geografia, é um desses, que dada a sua polissemia, traz, em sua essência, elementos que, de certo modo dificultam a compreensão de questões que animam o mundo das relações entre os indivíduos.

A compreensão mais geral que se tem sobre a noção de território se encontra nas noções apropriadas mais à territorialidade dos animais. Sack (1986) destaca que a diferença entre a territorialidade humana e a animal reside no fato de que, para os homens, o seu significado expressa tragédias de ação vistas a garantir interesses e intenções de cada um dos agentes sociais no processo de reprodução de um dado território; para os animais, a territorialidade expressa ações de natureza puramente biológica.

De fato, a territorialidade dos homens finalizam relações de força e de poder, mais isso não colabora muito para a compreensão do conceito de território, se não fica evidente a origem dessas forças ou desses poder, e em que condições se manifesta.

A análise sobre a produção do território petrolinense, buscou vislumbrar os processos que colaboraram para a constituição do atual território e das possibilidades de surgimento de novos espaços a partir das atividades impulsionadas pela agroindústria tecnológica e irrigada.

Nesse direcionamento, o município de Petrolina, encontra-se muito diverso e inquietante frente às relações cidade – campo e da configuração do seu território, como espaço exclusivo e comandado pelo agronegócio e seus agentes.

As intervenções no território petrolinense são históricas, pontuais e dentro de uma lógica da produção econômica voltada ao mercado. Foi a alternativa junto a proposta de desenvolvimento econômico regional, o que de fato, aconteceu. Porém, os diferentes agentes sociais, através de suas ações, não construíram um novo território agrícola, e sim trouxeram a esse, novos arranjos e um caráter global.

A produção de alimento atende a premissa de assistência a necessidade básica de um ser humano, dessa maneira, o território constituído de técnica, tecnologia, ciência e capital, produz alimento não para matar a fome, e sim para alimentar o atual modo de produção, a partir do exótico e da raridade das frutas tropicais em contextos temperados.

Diante do exposto, uma crise na economia de parcela significativa dos diversos países ocorreu, os percalços da mesma, sente-se na saúde financeira de muitas grandes empresas, e, por conseguinte, o capital entra na sua maior das crises. No território petrolinense, isso foi sentido de forma impactante, pois, muitos produtores e agricultores, comercializam seus produtos para o mercado externo.

No início de 2008, o efeito da crise mundial foi significativo nas exportações nordestinas, no caso estudado, a produção destinada à exportação do Vale do São Francisco.

Com a produção de 2007 que apresentou saldo extremamente significativo, pois, no total das exportações de 2007, foram movimentados US\$ 642,7 milhões, dos quais US\$ 118,5 milhões gerados apenas com a produção de uva e US\$ 89,6 milhões com manga. O grande problema para os produtores foi justamente a queda do preço e em muitos casos a devolução das culturas.

O resultado dessa crise globalizada desencadeadora desses eventos tornou-se mais grave com a diminuição dos postos de trabalho. Estima-se que apenas em dezembro de 2008, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, foram registrados em torno de 2.000 trabalhadores sem seus empregos. Dessa forma, uma das preocupações eminente na análise refere-se ao grau de dependência que os setores produtivos mantêm, com os mercados consumidores. Sendo assim, o termômetro que mede a temperatura da produção de Petrolina deverá estar mais ameno quanto à concentração em poucos produtos, como vinha acontecendo com a uva e com a manga.

A partir da idéia de território, se constatou o grau de complexidade existente entre as forma de produção do espaço, a partir de técnicas e tecnologias ligadas ao agronegócio que possibilitam uma teia de relações diretas e indiretas quanto a imposição de inserção das infra-estruturas como determinantes no surgimento de um território e das respectivas territorialidades.

A territorialidade concebida como um processo que envolve um feixe de inter-relações mediadas por acordos entre distintos agentes que se interessam por algum(s) tipo(s) de objeto(s) comum a eles localizado(s) numa dada porção do espaço geográfico que se torna território. Nesse contexto verificaram-se nitidamente como os processos de colonização nos perímetros irrigados em meados do século

passado e com o imperativo da globalização na agricultura, esse por sua vez, interfere diretamente nas formas de vida das pessoas.

Os municípios de Petrolina mantêm ritmos constantes de crescimento econômico e na sua mancha urbana, caracterizando assim, por uma cidade de porte intermediário, de contextos não metropolitanos, porém, com arranjos produtivos significativos em escala estadual e regional.

As dinâmicas sócioespaciais encontram-se diversificadas no que concerne aos setores produtivos. Os habitantes encontram no território petrolinense os elementos representativos de infra-estrutura urbana e de atrativos no âmbito natural, podendo assim, fazer uso fruto das potencialidades inerentes ao território semi-árido banhado pelo Rio São Francisco.

O mercado de trabalho encontra-se em uma constante, pois, a cidade, a partir, da respectiva produção territorial, tem constituído possibilidades para grupos específicos no mundo do trabalho. A presença de uma centralidade médica-hospitalar, universitária, governamental, tem atraído populações para o seu espaço urbano e rural, frente ao estruturado front agrícola.

A leitura do cenário produzido e artificializado, a partir dos sistemas de engenharia, faz parte do processo de organização do espaço urbano, esse por sua vez, repleto de contradições, porém, representativo no que se refere a identificação dos agentes sociais produtores de territórios e territorialidades. Sendo assim, a cidade de Petrolina é composta de um amplo sistema de objetos e de ações.

A análise proposta neste estudo se buscou direcionar sob um ponto de vista teórico as diferentes formas de construção de território de Petrolina, em suas diferentes escalas e redes, nos âmbitos políticos, sociais e econômicos. Uma questão significativa frente as contradições existentes meio a todos os processos

está na afirmação da Profa. Rita Domingues (1989), ao demonstrar que “toda estas intervenção, toda essa infra-estrutura implantada, favorece, sobretudo, os ricos, posto que permanecem desigualdades evidentes, em que pequena parcela da população acumula, e uma grande maioria continua desprovida

No desenvolvimento da pesquisa, foi realizado um esforço em demonstrar que os territórios em Petrolina são construídos, e se mantêm, com base nas relações sociais mediadas por acordos de parte a parte, mesmo em presenças de assimetrias, que caracterizam o mundo real. A essência do poder que somente existe na relação social, e não é privativa de nenhum agente isolado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBANO, Gleydson Pinheiro. **Globalização da agricultura e concentração fundiária no município de Ipangaçu-RN**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

ANDRADE, Manuel Correia de. (Org.). **Geografia de Pernambuco: Ambiente e Sociedade**. João Pessoa: Editora Grafset, 2009.

_____. Produção de energia e modernização do vale do São Francisco. In: **Revista de Economia Política**. vol.04.n.01., janeiro-março/1984. São Paulo, 1984.

_____. **O Planejamento regional e o problema agrário no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1976.

_____. **Geografia de Pernambuco**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, 1974.

ANDRADE, Manuel Correia de. & SETTE, Hilton. **Geografia e História de Pernambuco**. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1955.

ANDRADE, Thaís de Lourdes Correia de. Formação do Território Pernambucano. In: ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira. (Org.) **Atlas escolar de Pernambuco**. João Pessoa: GRAFSET, 2003.p.09-19.

ANDRADE NETO, Joaquim Correia de. Uma análise da transposição do Rio São Francisco. In: **REVISTA DE GEOGRAFIA**. v.16., n.2. jul/dez. 2000. UFPE/DCG-NAPA. Recife, 2000.p.05-10.

ARAÚJO, Tania Bacelar. **Herança de diferenciação e futuro de fragmentação**. São Paulo: Estudos Avançados. Vol. 11, n. 29, jan/abr, 1997.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **CAGED**.Brasília, 2009. Disponível em: <www.caged.mte.gov.br>.Acesso em: 06ago.2009.

BRITO, Cristóvão de Cássio da Trindade de. A Petrobrás e a gestão do território no recôncavo baiano. Florianópolis, EDUFBA, 2008.

_____. A Petrobrás e a gestão do território no recôncavo baiano. Florianópolis, UFSC, 2004. (Tese de Doutorado).

_____. Revisitando o conceito de território. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, n.6. p12-20, jul., 2002.

CALDAS, Maria Aparecida Esteves; VIDAL, Maria Inês Gomes.; VASCONCELOS, Maria Valéria B. de Abreu.; CASTRO, Luiz Carlos Carvalho de. **Documentos acadêmicos: um padrão de qualidade**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

CAMARGO, José Eduardo. **Atlas Rodoviário 2008**. São Paulo: Editora Abril, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2003.vol.1.

CASTRO, Iná Elias de. Ilhas de Tecnologia no Nordeste Brasileiro e a Reinvenção da Natureza. In: **TERRITÓRIO**. ano.V., n.9, jul./dez., 2000. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, 2000.p.45-65.

CAVALCANTE, Enoque Gomes. **Geo-economia do semi-árido irrigado**: a experiência de Petrolina sob o enfoque da sustentabilidade do desenvolvimento. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. Os centros de gestão do território: uma nota. In: **Território**. Vol.01. n.01.jul./dez. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, 1996.

_____. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton.; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de.; SILVEIRA, Maria Laura.(Orgs.) **Território**: globalização e fragmentação. 4.ed. São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1998. P.251-256.

DIAS, Leila Chistina. Redes: Emergência e Organização. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia**: Conceitos e temas. 10. ed. Rio de Janeiro, BERTRAND BRASIL, 2007.

DOMINGUES, Rita de Cássia Alcântara. **Petrolina**: crescimento urbano e intervenção do Estado. 1989.233 f.Dissertação (Mestrado em Geografia) Departamento de Ciências Geográficas, CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1989.

EGLER, Cláudio Antonio G. A questão regional no Brasil. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio.; BECKER, Bertha K.; DAVIDOVICH, Fany R.; GEIGER, Pedro P. **Geografia e meio ambiente no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Hucitec; Annablume, 2002. p.218-234.

FARIA, José Eduardo. **Poder e legitimidade**: uma introdução ao estudo do direito. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FONSECA, Homero. **Pernambucânia**: o que há nos nomes das nossas cidades. 2.ed. Recife: CEPE; FUNDARPE, 2008.

FOCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GODOI, Emília Pietrafesa de. O sistema do lugar: história, território e memória no sertão. In: FAUST, Boris. (Org.) NIEMEYER, Ana Maria de.; GODOI, Emília Pietrafesa de.(Orgs.) **Além dos territórios**: para um diálogo entre etnologia indígena os estudos rurais e estudos urbanos. São Paulo: Mercado de Letras, 1998.

GOMES, Edvânia Tôres Aguiar. Petrolina: emergências de uma cidade média, a tecnologia auxiliando na reprodução do espaço urbano. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.p.609-630.

GOTTMAN, Jean. **The significance of territory**. Charlottesville: University of Virginia, 1973.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**. Resultado da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGECidades@**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 06ago.2009.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. (Tradução Rubens Eduardo Frias). São Paulo: Centauro, 2001.

_____. , Henri. **A Cidade do Capital**. 2. ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2001. b.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. (Tradução Manoel Fernando Gonçalves Seabra). São Paulo: Nobel, 1988.

MACHADO, Lia Osório. Sociedade urbana, inovação tecnológica e a nova geopolítica. In: **Cadernos LAGET**. n.05. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, 1995.p.20-29..

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. O processo de produção do capital. (Tradução Reginaldo Sant'Anna). 25.ed.Livro I. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: teses sobre Feurbach**. São Paulo: Moraes, 1984.

MELO, Mário Lacerda de. Tipos de localização de cidades em Pernambuco. In: JATOBÁ, Lucivânio(Org.). **Estudos nordestinos sobre crescimento urbano**. Recife: FUNDAJ; Art Cópia Ltda, 1987.p.167-200.

MENDOZA, G. J.; JIMÉNEZ, J. M.; CANTERO, N. O. Ratzel: El territorio, La sociedad y el Estado. In: _____. **El pensamiento geografico: estudio interpretativo y antologia de textos** (de Humboldt a las tendencias radicales). Madri: Alianza Editorial, 1982.

MONTESQUIEU. Do espírito das leis. (Tradução Fernando Henrique Cardoso; Leôncio Martins Rodrigues). São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Col. Os pensadores).

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

PERLONGHER, Nestor Osvaldo. **O negócio do *michê***: prostituição viril em São Paulo. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA. **Assessoria de Planejamento e Meio Ambiente. Pernambuco**, 2005.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

PYKE, F.; BECATTINI, G.; SEGENBERGER, W. **Industrial districts and inter-firms cooperation in Italy**. Geneve: Internacional Institute for Labor and Studies, 1990.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. (Tradução Maria Cecília França). São Paulo: Ática, 1993.

REGIÕES de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

SACK, David Robert. **Human territoriality: its theory and history**. London: Cambridge University, 1986.

SANTOS, Clélio Cristiano dos. **Estudo de práticas sócio-espaciais a partir de um Conjunto Habitacional do BNH**: reflexões acerca de práticas cotidianas atuais no Condomínio Residencial Ignêz Andreazza (CRIAZZA) em Recife-PE. 2002.138 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, Recife, 2002.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e emoção. 4.ed.4.reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único á consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Técnica espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. (Tradução Myrna T. Rego Viana). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Mello & SILVA, Barbara-Christine Nentwig. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. Salvador: UFBA, 2003.

SILVA, José Graziano da. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SINGER, Paul. **Globalização positiva e globalização negativa**; a diferença é o Estado. São Paulo; Novos Estudos. CEBRAP. N. 48, julho, 1997.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Complexo agroindustrial, rede e território. In: DIAS, Leila Christina.; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. (Org.). **Redes, sociedades e territórios**. 2.ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.p.215-256

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.p.77-116.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VALE, Gláucia Maria Vasconcellos. **Territórios vitoriosos: o papel das redes organizacionais**. Rio de Janeiro: SEBRAE; Garamond, 2007.

VOLTAIRE, F. M. A. de. **Cartas inglesas; Tratado de metafísica; Dicionário filosófico; o filósofo ignorante**. 2.ed.São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Col. Os pensadores).

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva**. 3.ed. Brasília: UNB, 1994.